

Reginaldo Moraes

Bloco de Esquerda e Podemos

dois experimentos de organização
na nova esquerda europeia

Bloco de Esquerda e Podemos

Reginaldo Moraes

Bloco de Esquerda e Podemos

**dois experimentos de organização
na nova esquerda europeia**

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Revisão: Andrea Antoracci e Mayara Fernandes

Editoração eletrônica: Gapp

Capa: Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M827b Moraes, Reginaldo.

Bloco de Esquerda e Podemos / Reginaldo Moraes. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

138 p. ; 30 cm.

ISBN 978-85-5708-045-4

1. Partidos políticos - Espanha. 2. Partidos políticos - Portugal. 3. Movimentos políticos. I. Título.

CDU 329(469:460)

CDD 324.2

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

www.fpabramo.org.br

f: 11 5571 4299

Sumário

Apresentação.....	7
Parte 1 – Podemos • Bloco de Esquerda.....	13
Uma nova esquerda? Antecedentes, contexto, origens.....	15
Podemos.....	19
Bloco de Esquerda.....	33
Nota final: Reforma ou revolução?	45
Parte 2 – Dossiê	47
Nota de apresentação.....	49
Podemos.....	53
Espanha: por que surgiu o 15-M e em seguida o Podemos?	73
Podemos é o melhor instrumento para evitar uma nova transição “por cima”	79
Há uma clara repolitização da sociedade espanhola	87
Medo do Podemos	89

Bloco de Esquerda.....	97
Bloco de Esquerda em Portugal – nem Syriza, nem Podemos.....	99
O Bloco, o PS e a dificuldade dos consensos à esquerda	115
Para a refundação da esquerda	121
Cultura de poder ou culto do poder?	125

Apresentação

Os chamados países desenvolvidos estão sendo abalados por um quadro de estagnação econômica e desagregação social. E, como se poderia esperar, ele vem acompanhado de uma quebra dos alinhamentos partidários de longo curso que marcaram a reconstrução pós II Guerra. O mundo das afinidades políticas e eleitorais está em mutação acelerada.

Assim, comunistas franceses e italianos, por exemplo, assistem perplexos à redução de seus efetivos. Mais do que isso: redutos vermelhos, de base operária militante, despejam votos em novas ou velhas agremiações de direita, incluindo grupos neofascistas radicais. Mas em Portugal e Espanha, não foi tão diferente. Depois de um tremor anti-conservador nos anos 1970, a recuperação da direita foi lenta, mas contínua.

É certo que a onda do ajuste neoliberal dos anos 1980 atingiu a Europa de modo desigual. As “reformas de mercado” foram inauguradas na Inglaterra, mas chegaram a outros países adaptando-se às circunstâncias. Relativamente moderadas em países mais fortes e com maior tradição de resistência, como Alemanha, França e Itália, por exemplo, foram bastante duras e profundas na Península Ibérica, região mais pobre da União Europeia.

Em Portugal e Espanha, os anos 1970 foram marcados pelo despertar de um longo pesadelo ditatorial. A Revolução de Abril,

1974, em Portugal; o fim do franquismo, 1976, na Espanha. Porém, esse rápido florescer democrático foi sendo substituído por um período de desgastes e desilusões. Já no final daquela década, alguns espanhóis falavam de um triênio do desencanto. Em Portugal, a esquerda sentia necessidade de clamar por um “abril de novo, na força do povo”, referindo-se ao efervescer renovador da chamada Revolução dos Cravos. Nos dois países, a polarização entre conservadores e progressistas continuava a manter uma espécie de bipartidarismo de fato, que marginalizava ou esvaziava grupos renovadores. Só que esse quadro mostra algumas alterações significativas nos últimos cinco anos, com a emergência de agrupamentos “fora da ordem”, mistos de partidos e movimentos sociopolíticos, ou de partidos que nascem de movimentos e seguem mantendo algumas de suas características “basistas”, assembleístas, rebeldes.

Em Portugal, o Bloco de Esquerda (BE), fundado em 1999, era presença quase simbólica no parlamento no início do milênio. Mas é hoje a terceira força eleitoral do país. E agora ensaia uma original coligação com o velho Partido Comunista (PCP) para dar sustentação parlamentar ao governo do Partido Socialista. O BE foi o resultado da confluência de pequenas organizações de ultraesquerda (trotskistas e maoístas, sobretudo) e de dissidentes do PCP. E paulatinamente encarnou esperanças de práticas e posicionamentos inovadores, sobretudo entre a juventude e segmentos do setor público, como os professores e profissionais da saúde.

Na Espanha, o Podemos é, em certa medida, herdeiro das mobilizações do chamado 15M, a ocupação da praça central de Madrid, a Puerta de Sol, promovida por jovens inconformados com a mesmice da disputa entre conservadores e socialistas. Mas não é apenas isso – muito pelo contrário. Sua pré-história parece indicar

algumas semelhanças com o BE, com a ativa participação de minúsculas organizações de ultraesquerda *quase* desmanchadas no início do milênio. O “quase” também é mais um detalhe, só que o diabo mora nos detalhes.



Muitas outras semelhanças e diferenças podem ser apontadas entre os dois casos. Algumas são quase anedóticas, mas reveladoras. O principal personagem público do BE – durante muito tempo, sua cara pública – é um professor universitário e comentarista político, Francisco Louçã, que aos 60 anos já pode ser chamado de “velho militante trotskista”. A atual coordenadora do BE, Catarina Martins (42 anos), é uma dramaturga, encenadora e atriz, protagonista de experimentos de teatro e agitação cultural popular em Portugal, Espanha e Itália. Do outro lado, os líderes de Podemos têm um perfil similar. Os “velhos”, vários deles remanescentes do trotskismo, são professores universitários e militantes de imprensa alternativa, como Jaime Pastor, que tem artigo publicado neste volume. Os novos, em certa medida, também têm seu pé na academia – e outro no terreno da cultura e da mídia. Juan Carlos Monedero, professor de Ciência Política como Pablo Iglesias, dedica hoje grande parte de seu esforço a atividades de ‘vulgarização’ ou popularização da política. Iglesias é quase um astro de mídia – não apenas porque nisso se especializou, mas porque nisso de fato se transformou, pela onda que gerou sua ‘marca’. Muito de sua experiência vem de escaramuças produzidas em TVs digitais de cunho local, em Vallecas, bairro da região sul de Madrid, um experimento curioso e corajoso que tivemos oportunidade de conhecer, há uns cinco ou seis anos.

As duas agremiações nasceram de grupos e movimentos quase anti-parlamentares ou, pelo menos, profundamente críticos das instituições existentes, avessos a seus meios e linguagem. Contudo, nos últimos anos, por motivos que valeria a pena esclarecer, sentiram a necessidade de entrar nesse jogo e, ao que parece, conseguem resultados mantendo, pelo menos por enquanto, sua chama ‘inovadora’.

Estrutura e objetivos do livro

Este livro procura descrever a evolução desses dois partidos-movimentos: sua origem, suas práticas, suas formas de organização e legitimação, seus projetos e programas, sua composição (militantes, dirigentes, simpatizantes, filiados, votantes).

Utilizamos alguns dos materiais já produzidos sobre o tema. Há já alguns livros e artigos sobre o fenômeno Podemos. Sobre o Bloco de Esquerda, embora mais antigo, há menos material escrito, mas muita imprensa, porque o BE, mesmo quando era pequeno, fazia barulho e encarava a direita como gente grande. Por outro lado, exploro também aquilo que pude ver e ouvir, de velhos e novos militantes dessas agremiações, que conheci quando eram (ou éramos) o que hoje chamamos de “velhos trotskistas”.

No que diz respeito ao caso espanhol, de certo modo, pessoalmente, trata-se de um retorno ao passado, já que em 1982 escrevi uma narrativa da chamada transição espanhola, voltando a ela em outros trabalhos posteriores – textos disponíveis no website www.reginaldomoraes.wordpress.com. Alguns dos quadros mais velhos do Podemos são militantes que entrevistei naquela época. Quanto aos portugueses, tive também oportunidade de conhecer os antepassados do Bloco de Esquerda, também nos anos 1980. Acompanhei a trajetória de alguns de seus primeiros quadros po-

líticos, aqueles que lideraram essa espécie de travessia do deserto e prepararam a nova e vibrante geração de “bloquistas”.

A estrutura do livro é simples: uma seção introdutória, sobre o contexto de surgimento dos novos partidos-movimento, depois a descrição dos dois casos, com algumas ilações (a nota final) sobre o que significa esse novo fenômeno e o que ele pode sugerir para nós. Segue-se a nosso texto um anexo com entrevistas e depoimentos dos personagens, isto é, de lideranças dos dois grupos. Os documentos foram originalmente publicados pela revista francesa *Contretemps* e pela revista do BE, *Virus*. Agradecemos a seus editores a permissão de reproduzi-los.

Um aspecto curioso dessa história é que mais de uma vez Iglesias e seus companheiros de Podemos mencionaram a emergência de governos progressistas na América Latina como inspiração para os espanhóis. Talvez seja o caso de inverter o olhar, agora. Pelo menos parcialmente. Talvez eles inspirem alguma criatividade na esquerda brasileira, em um momento em que, seguramente, precisa reinventar a si própria. No prefácio do *Capital*, Marx alertava os alemães para o fato de que, falando do avanço do capitalismo na Inglaterra, isso não queria dizer que a Alemanha estava fora da foto. E repetia uma frase latina: é tua a história que contamos. Talvez pudéssemos dizer o mesmo aos brasileiros, nesta história sobre portugueses e espanhóis. Mas há uma frase chilena que também nos avisa a identificar as semelhanças sem confundi-las: *no es lo mismo pero es igual*.

Parte 1

**Podemos •
Bloco de Esquerda**

Uma nova esquerda? Antecedentes, contexto, origens

Os dois partidos – BE e Podemos – nascem de movimentos sociopolíticos de diferentes tipos e composições. E guardam essa herança na forma como agem e se organizam.

Foi assim com o mais velho, o BE, que absorveu o descontentamento de diferentes setores sociais e grupos de identidade aparentemente insatisfeitos com as opções políticas à esquerda. Nos anos 1990, o velho Partido Socialista caminhava cada vez mais para o conformismo. Mais do que isso: adaptava-se ao conservadorismo que sobreviveu à Revolução dos Cravos e à derrota da esquerda, no final dos anos 1970. De outro lado, o Partido Comunista Português (PCP) conseguia manter um percentual relativamente forte dos eleitores, para os padrões europeus, em que a chamada Perestroika praticamente desmanchava os PCs. Contudo, essa sobrevivência era ao mesmo tempo lastreada e limitada pela ortodoxia mais extremada. Assim, era cada vez menor a atratividade dessas agremiações para os jovens e para alguns segmentos de trabalhadores, como os professores, por exemplo. É sintomático, por exemplo, que na gestação do BE estava uma campanha pro-vocadora e pouco confortável para PS e PCP e muito sensível para esses novos personagens. A campanha pela descriminalização do aborto. E que o crescimento fosse demarcado por outras campa-

nhas, ligadas à educação, à mobilização contra as guerras, ao meio ambiente, ao desemprego juvenil, à cultura e às questões que podem ser agrupadas sob o rótulo “modo de vida”. Nem o PC nem o PS conseguiam caminhar com naturalidade por esses temas, cada vez mais importantes para as novas gerações.

Um elemento relevante no cenário português é o do emprego. Ou melhor, do desemprego. Ou melhor, do subemprego. Ou melhor, de tudo isso, junto. Não por acaso, há em Portugal um grande número de movimentos de trabalhadores precários. O trabalho precário, temporário ou sem direitos e sem contratos, não é de modo algum exclusivo de Portugal. O que, no entanto pode espantar o observador estrangeiro é que parte significativa desse emprego precário é constituído por... trabalhadores públicos.

Quanto à Espanha, há um traço a destacar. Alguns analistas observam que aos espanhóis se pode imputar uma certa resistência à militância organizada e à participação eleitoral. Mas não cabe, de modo algum, subestimar a sua propensão às “mobilizações”, marchas e protestos. É o que aponta Pablo Oñate, um pesquisador da Universidade Carlos III, de Madrid¹.

Oñate comenta as pesquisas do Centro de Investigações Sociais, publicadas no *Barómetro* daquele centro. E lembra o modo como a população espanhola encarava um desses movimentos de protesto, a conhecida e marcante ocupação da Puerta del Sol, no coração de Madrid, por uma centena de jovens “indignados”, em 15 de maio de 2011. O nome do movimento era uma alusão àquilo que os que os movia – uma revolta contra os velhos métodos e as velhas figu-

¹ La movilización ciudadana en España en los albores del siglo XXI: una contextualización para el debate, – *Revista Española de Ciencia Política*, n. 33, Noviembre, 2013.

ras da política espanhola. “Não nos representam” – esse era o lema genérico da garotada.

As pesquisas do CIS (*Barómetro* de 2011) mostravam a ambiguidade das reações dos “de fora”, dos que não estavam na Puerta del Sol. Cerca de 70% dos espanhóis avaliavam positivamente o movimento dos indignados. Ainda assim, 55% dos entrevistados diziam ter pouco interesse pela política e declaravam pouca informação sobre o movimento. Apenas 22% diziam-se insatisfeitos com o funcionamento da democracia espanhola. Diziam. Ao mesmo tempo, cada vez mais se abstinham de votar e de se filiar a partidos e sindicatos.

As mobilizações mostravam um traço já visto nas gigantescas marchas de protesto de 2004, quando o governo conservador tentou manobra fraudulenta para um golpe eleitoral. Tentou tirar vantagem de um atentado da Al-Qaeda, no metrô, atribuindo-o à organização basca ETA. Desse modo, reforçaria junto ao eleitorado o tema da repressão policial aos separatistas, uma bandeira certamente favorável ao Partido Popular (PP), uma agremiação conservadora, herdeira do franquismo “maquiado”.

Um aspecto era relevante, naquelas marchas de 2004 e também no 15M: as manifestações eram convocadas por redes sociais, internet, mensagens de celular. Ocorriam fora da iniciativa e do controle das organizações tradicionais (sindicatos, partidos). Eram conduzidas por organizações pequenas, com menor experiência em mobilizações.

Como em tantas “primaveras” em outros países, as mobilizações na Espanha têm algo de intrigante. Oñate afirma que é difícil qualificá-las como “anti-sistêmicas” ou revolucionárias. Antes, parecem mesmo querer reformar as instituições, abri-las à participação, mais

do que criar algum modelo alternativo de governo. Não por acaso, nas manifestações de 2011, a dos indignados, um cartaz proclamava: ‘Nós não somos anti-sistema, o sistema e contra a gente’.

Para os velhos partidos de esquerda e para os sindicatos, um desafio se colocou – eram obrigados a compartilhar convocatórias de movimentos sociais ‘monotemáticos’ e grupos menos hierarquizados, menos burocráticos. E as bandeiras desses movimentos também eram algo menos ‘quadrado’ do que estavam acostumados a organizar esses grupos ‘velhos’ – em certa medida, eram os temas que já comentamos quando nos referimos ao BE português. A eles se deve acrescentar destacadamente um outro problema social, muito grave na Espanha: o endividamento das famílias com as hipotecas imobiliárias, algo que se assemelhava à famosa bolha especulativa americana.

Vejamos, a seguir, como se desenvolveu, nesse ambiente, o Podemos. Na seção seguinte trataremos do Bloco de Esquerda português.

Podemos

O quadro, a hora, as cores da paisagem

Em 2011, a Espanha se apresentava diante do mundo como um obediente aplicador das receitas neoliberais, mas não necessariamente como um exemplo de sucesso. O “ajuste” foi duro, primeiro sob Jose Maria Aznar (PP), o mais ianque dos presidentes, depois sob Jose Luiz Zapatero, antiamericano mas logo rendido à lógica do “austeridade” exigida pela União Europeia. O resultado econômico e social era desolador: queda do nível de vida, crescimento do desemprego, piora dos serviços públicos. E o resultado político era um distanciamento dos dois partidos frente às crenças dos cidadãos. Cada vez mais, um parecia com o outro e nenhum deles convencia muita gente.

Com eleições previstas para o segundo semestre de 2011, um morno maio foi sacudido pela inesperada iniciativa de algumas dezenas de jovens, convocados por redes sociais, como um *Facebook* chamado *Democracia Real Ya*. Os jovens acamparam na Puerta del Sol, centro de Madrid e lá se puseram a gritar seus lemas, basicamente contestando o sistema político e sua baixa representatividade.

A aparente irrupção do inesperado não nos deve enganar. De fato, era a consequência ou a resposta a uma silenciosa, porém crescente desagregação que corroía a sociedade espanhola. Em alguns poucos anos, a mudança do quadro econômico tinha enfraquecido

as convicções conformistas, conservadoras, e fragilizado os partidos governantes. Ainda não havia o alento do novo, mas o velho estava visivelmente desgastado.

Em 2007, para um olhar mais distraído, a Espanha parecia até uma espécie de Alemanha melhorada, ou mais bem sucedida. A taxa de desemprego era de uns 8%, o mais baixo da história espanhola desde a queda do franquismo. A dívida pública estava baixa – era de apenas 35% do PIB, frente aos 65% da Alemanha. Havia, porém, algumas arestas preocupantes. O elo frágil não parecia estar na dívida ou no *déficit* público, como na Grécia, outro primo pobre da União Europeia. Mas, em contrapartida, havia uma taxa de emprego e de crescimento econômico muito dependente da construção e das hipotecas. Aliás, o problema da moradia e das hipotecas iria aparecer como um tremendo calcanhar de Aquiles, não apenas do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista das mobilizações sociais e políticas.

A coisa toda desandou aceleradamente depois de 2008. Quando olhamos para 2013, o PIB estava uns sete pontos abaixo daquele de 2008. A taxa de desemprego havia sido multiplicada por três, batendo recordes. Estimava-se que três milhões de pessoas viviam em situação de extrema pobreza, o dobro do número de 2007. As diferenças entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, o famoso indicador da desigualdade, também batia um recorde.

Os analistas já antecipavam que isso desgastava o que se podia chamar de contrato social, isto é, o pacto implícito de convivência entre as classes e entre as gerações.

Os partidos políticos do binômio dominante – PP e PSOE – eram surdos a tais sinais e mostravam clara incapacidade de responder à inquietação dos cidadãos, principalmente dos jovens, sobre os quais caía com mais força o flagelo do desemprego e do subempre-

go. Um comentarista diz isso de modo que pode ser profético para os dois grandes partidos da ordem: “a rigidez interna e a escassa capacidade de reforma interna, tanto do PP como do PSOE, parecem promover uma cultura partidária na qual a renovação só é possível de forma completa depois de uma derrota, nunca antes”¹. Outros críticos, ainda mais duros, perguntavam se mesmo com a derrota os dois partidos teriam capacidade de regenerar-se.

Ao lado disso, movimentos juvenis e cidadãos mundo afora apareciam nas TVs e redes sociais, inflamando a imaginação dos espanhóis. Aconteciam as famosas primaveras árabes, mas, também ali vizinho, em março de 2011, uma pré-estreia dos indignados havia ocorrido. Na praça do Rossio, centro de Lisboa, manifestava-se a “Geração à Rasca”, um grito dos jovens contra a situação de desemprego e emprego precário que, em Portugal era, e é, absolutamente massacrante. Dois meses depois de Lisboa, a ocupação da Puerta del Sol e de outras praças entrou no calendário espanhol: o 15M virou marca.

O movimento dos indignados teve altos e baixos durante 2011, incluindo uma dura resposta da direita, com a vitória do partido conservador (PP). Mas o clima de descontentamento com o sistema persistia em largos setores da sociedade espanhola e aquela insurgência juvenil deixaria sequelas. Em certa ocasião, Pablo Iglesias, líder do Podemos, reconheceu o quadro em que se formara a agremiação: “antes do 15M a esquerda tradicional nos tratava como marcianos, depois do 15M se criou uma outra situação”.

Reforçava-se a tese da incapacidade de reforma dos agrupamentos partidários dominantes. O esvaziamento do bipartidarismo de fato era visível a cada eleição. Até o pleito de 2008, os dois grandes

¹ Torreblanca, Jose Ignacio – *Asaltar los Cielos: Podemos o la política después de la crisis*, Penguin Random House, 2015.

(PP e PSOE) apareciam como verdadeiros oligopólios – concentravam quase 84% dos votos (39,9% PP e 43,8% PSOE). Em 2011, esse total já havia caído para 73% (44,6% PP e 28,7% PSOE). Em dezembro de 2015, porém, não chegavam a 51% (28,72% PP e 22,01% PSOE). O que aparece nesses números é algo cada vez mais evidente: existe vida fora dos dois velhos condomínios partidários que se revezavam no poder.

Os personagens

Se Pablo Iglesias chama atenção para essa importância da oportunidade, do momento, não custa lembrar que é preciso estar preparado para aproveitar a chance. Iglesias, cientista político, escrevera uma tese sobre Maquiavel e sabia bem o quanto a política devia à fortuna e à *virtù*, ou seja, ao que a sorte nos entrega e aquilo que dela fazemos, com o conhecimento que forjamos.

Os personagens criadores de Podemos são, em primeiro lugar, “empreendedores” políticos treinados. Não são *outsiders*, são *insiders*, gente que está por dentro do assunto. Jovens, irreverentes, meio fora das regras, mas é gente que nasceu e cresceu no mundo da política – e da política partidária, inclusive. A maioria dos nomes mais conhecidos teve um ninho de formação: a Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Complutense de Madrid. E é bom lembrar que vários deles militavam e operavam como assessores junto a pequenas organizações partidárias (Izquierda Unida, Izquierda Anticapitalista, Espacio Alternativo). Munido dessa experiência e desse conhecimento, o grupo de Podemos criaria sua própria versão de populismo, inspirando-se declaradamente na América Latina de Chavez e Evo Morales, com os quais alguns dos podemistas haviam trabalhado. Uma nova clivagem fazia parte de sua linguagem – não

mais esquerda e direita, mas acima e abaixo. Contra a “casta”, pregavam a ofensiva dos “homens de baixo”, um “nós” abrangente, um coletivo socialmente transversal e ideologicamente mais amplo. A nova agremiação também introduzia uma novidade – uma extraordinária familiaridade com uma ferramenta, a comunicação por TV e internet. Nas redes, Podemos sempre teve e segue tendo dez vezes mais seguidores do que os partidos tradicionais. Vejamos um breve perfil desses quadros.

Quem são os podemistas?

Dentre os “velhos”, há que destacar, por exemplo, o caso de Jaime Pastor, um misto de calmo e frio professor com o dinamismo incansável do militante permanente (como a revolução, diria ele). Em 1969, com sua prisão decretada pela polícia política espanhola, Pastor emigrara para a França, participando de grupos de resistência antifascista no exílio. Só voltou em 1972, atuando na criação do grupo que viria a ser a Liga Comunista Revolucionária, seção espanhola da IV Internacional. A Liga se fundiria com uma dissidência da organização basca ETA, a chamada ETA-VI Assembleia, que abandonara a estratégia da luta armada. Com a dissolução da Liga, Pastor participa da criação de Espacio Alternativo e, depois, de Izquierda Anticapitalista, um dos grupos pequenos que precedem a criação de Podemos.

Um pouco menos “antigo” é Luis Alegre, secretário geral de Podemos-Madrid e um dos primeiros responsáveis pelo setor de comunicação. Professor de Filosofia na Universidade Complutense, é colaborador e organizador de revistas de inspiração trotskista, como *El Viejo Topo* e *Viento Sur*. Com experiência militante desde 1992, vinha de Espacio Alternativo e Izquierda Anticapitalista, as sucessoras

da velha Liga Comunista Revolucionária. Dirigente da Fundación Centro de Estudios Políticos y Sociales (CEPS), coordenou para essa instituição estudos sobre a Venezuela, em contratos patrocinados por Hugo Chavez. Coordenou a realização da Assembleia de fundação de Podemos – a denominada Asamblea Ciudadana “Sí Se Puede” – e um dos cinco oradores do evento, juntamente com Pablo Iglesias, Íñigo Errejón, Juan Carlos Monedero y Carolina Bescansa.

Íñigo Errejon militou em Espacio Alternativo (germem da Izquierda Anticapitalista). Colaborou com os governos latino-americanos – Equador, Bolívia, Venezuela. A Venezuela também era inspiração de Juan Carlos Monedero, professor de Ciência Política que colaborou em várias oportunidades com o governo de Chavez.

Outros nomes podem ser citados. Ana Castaño e Teresa Rodríguez representavam dois grandes movimentos, um em defesa da saúde (o movimento Marea Blanca), o outro em defesa da educação pública (Marea Verde). Teresa Rodríguez e Miguel Urbán de certo modo sinalizavam um laço político – militantes do grupo trotskista Izquierda Anticapitalista, eram amigos pessoais de Iglesias e Monedero. Urbán havia sido cabeça de chapa de Izquierda Unida-Madrid, nas eleições de 2011. Carolina Bescansa é professora de Sociologia e Política, especialista em análise de comportamento político e eleitoral.

Mas o partido tem sem dúvida uma figura maior, seu secretario geral e seu principal “astro” de mídia. Não por acaso. Quem é e de onde vem Pablo Iglesias?

Pablo Iglesias

Começamos pelo nome, uma homenagem a um velho militante, fundador do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Os pais de Iglesias, tam-

bém socialistas e antifascistas militantes, se conheceram, aliás, num ato simbólico diante do túmulo do velho Pablo Iglesias Posse. O pai, professor de história e militante de um grupo antifascista. A mãe era advogada trabalhista, defensora do sindicato Comisiones Obreras, a lendária central sindical e movimento-sociopolítico que se construiu sob o franquismo graças à colaboração de cristãos de esquerda e de comunistas de vários matizes.

O jovem Plablo Iglesias Turrión, estudante e depois professor de Ciência Política na Universidade Complutense, começou cedo a militar na esquerda. Nascido em Vallecas, um bairro operário do sul de Madrid, já aos 14 anos se juntara às Juventudes Comunistas. Sua trajetória política desde esse momento foi conectando diferentes matizes da esquerda. Iglesias militou na Izquierda Unida – de onde vem seu amigo Manolo Monereo, antigo militante comunista da Andaluzia e hoje candidato a deputado pelo Podemos. E batalhou nos movimentos antiglobalização, quando colaborou com Jaime Pastor, antigo militante trotskista. Os antigos e o novo.

Logo cedo, o cientista político e militante percebeu a importância estratégica da esfera comunicativa, principalmente internet e TV. Estudou a área e apreendeu a utilizar as mídias com maestria. Em 2009-2010, fez cursos de cinema e TV e criou, na Faculdade de Ciência Política, seminários que exploravam a relação entre a política e os meios de comunicação. Criou também um programa na Tele K, uma TV alternativa sediada no bairro de Vallecas. Ali, por uma sugestão de Paco Peres, presidente da emissora-cooperativa, nasce La Tuerka, programa de debate político. Em seguida, Iglesias arregimenta outros companheiros para fundar a Producciones con Mano Izquierda (CMI), que não apenas produz La Tuerka, mas também uma série de materiais audiovisuais para grupos da esquerda.

Pouco depois, La Tuerka era transmitida pela Tele K em associação com o Canal 33, que possuía recursos técnicos mais sofisticados. Passou também a ser transmitida via internet e pelo website do diário *Público* (www.publico.es). Em janeiro de 2013, Iglesias e seus futuros parceiros na criação de Podemos lançavam um segundo programa, Fort Apache, desta vez na Hispan TV, vinculada ao governo iraniano. Como era de se esperar, o fato da emissora ter esse vínculo gerou todo tipo de especulação e insinuação política. A direita espanhola transformou Irã e, sobretudo, Venezuela em temas do debate político interno. E, em grande parte, isso tem a ver com Podemos.

A relevância dessas iniciativas dos “garotos” é sublinhada por um de seus mentores intelectuais, o professor Carlos Fernandez Liria: “A pura verdade é que Podemos é produto da iniciativa de Juan Carlos Monedero e Pablo Iglesias de montar um programa de TV, La Tuerka; mas isso é uma ferramenta política de primordial importância, além de uma televisão de qualidade. Algo assim como uma paróquia”. A imagem merece atenção: a nova paróquia é eletrônica e atravessa paredes.

O começo, depois dos ensaios

É apenas em 17 de janeiro que se lançou o projeto Podemos, em um ato político convocado para o Teatro del Barrio, próximo da estação Lavapiés do metrô, uma região central de Madrid bastante marcada pela residência de imigrantes.

O ato foi marcado pelos discursos de Pablo Iglesias, Juan Carlos Monedero, Ana Castaño, Teresa Rodríguez, Miguel Urbán e Íñigo Errejón. Essa equipe de lançamento era a dupla cara do partido-movimento.

Durante o ato também se divulgou um manifesto – “Mover ficha: convertir la indignación en cambio político” – assinado, entre outros, pelo ator Alberto San Juan, o escritor Santiago Alba Rico, o poeta Jorge Riechmann e os professores de Ciência Política Jaime Pastor (Uned, Madrid), Juan Carlos Monedero (Complutense) e Raimundo Viejo (Girona, Catalunha).

Iglesias lançou uma campanha que pretendia colher 50 mil assinaturas para registrar o partido. Elas foram obtidas em 24 horas e logo em fevereiro chegaram a 90 mil. Os núcleos de base – “Círculos de Podemos” – multiplicaram-se pelo país e as páginas do *Facebook* da organização explodiram, bem como o perfil *Twitter*. Em um ano se estimava que Podemos contava com 946.000 seguidores no *Facebook*, comparado com 83.000 do PP e 78.000 do PSOE. No *Twitter*, conta com 528.000 seguidores frente a 208.000 do PSOE e 206.000 do PP.

A organização não apenas “recebia” esse influxo das redes virtuais. Ela se preparava e se instrumentava para integrá-las no próprio funcionamento do grupo. Assim, criou aplicativos de consulta e votação sobre questões pontuais (Appgree, Agora Voting), e um web site interativo para coleta e difusão de informações, (Reddit).

A estrutura

Em 18/19 de outubro de 2014, realizou-se a chamada Assembleia Cidadã “Si se Puede”. Nela foram instituídos os princípios políticos e a estrutura organizativa do partido. O documento que obteve maior votação na assembleia foi aquele apresentado pelo círculo “Claro que Podemos”, que incluía Luis Alegre, Carolina Bescansa, Íñigo Errejón, Pablo Iglesias e Juan Carlos Monedero (80 %), superando aquele apresentado por Pablo Echenique, Teresa Rodríguez e Lola Sánchez, “Sumando Podemos” (12 % dos votos).

A estrutura da organização era híbrida e espelhava o modo como nascera. De um lado, os Círculos, estrutura aberta e flexível, que alguns comparam a uma franquia comercial. Os Círculos são geográficos (de bairro, de aldeia etc.) ou temático-profissionais (artesãos, economistas, enfermeiros...). De outro lado, aproximando-se à intervenção do partido no processo eleitoral, também se organizaram sedes físicas convencionais. Em um ano de existência de Podemos, foram organizados cerca de 1000 Círculos.

O fervilhar de assinaturas para registro, a expansão nas redes e o crescimento dos Círculos parecia indicar nem tanto a inegável capacidade de organização do jovem grupo mas, certamente em maior medida, as expectativas a que respondia.

Como antecipamos, na estrutura do partido também se deve incluir com destaque a utilização de numerosas ferramentas de “redes”, para trabalho cooperativo e para colher opiniões, consultar filiados, promover fóruns e debates. Podemos não apenas se destaca pela intensidade como usa tais redes e como as diversifica. Uma diferença dos podemistas com relação aos outros partidos é que Podemos não utiliza as redes apenas como mecanismo de difusão de mensagens em épocas de eleição. São permanentes, dinâmicas e interativas – não apenas informam, mas colhem informação dos militantes e dos movimentos em que estão inseridos, promovem debate, sondam sentimentos.

Primeiras eleições – já no topo

A participação nas eleições para o Parlamento Europeu parecia ser um excelente teste para Podemos. E foi. Afinal, com quatro meses de vida, o partido obteve cinco cadeiras (de um total de 54), com 7,98% dos votos, sendo a quarta candidatura mais votada na Es-

panha. E o grupo pode também medir em quais regiões era mais forte e onde deveria investir em alianças e coligações com outras forças progressistas.

No Parlamento Europeu, o Podemos integra o Grupo da Esquerda Unitária Europeia, onde também está o famoso Syriza, agremiação grega liderada por Alexis Tsipras, e o Bloco de Esquerda. E Podemos e BE têm estreitado atos de cooperação, reforçando um eixo ibérico. Assim, Marisa Matias, eurodeputada do BE, participou da Assembleia Cidadã “Si Se Puede”, em outubro de 2014 e Pablo Iglesias esteve presente no comício Unidos Contra a Austeridade, do Bloco de Esquerda, em 21 de novembro desse mesmo ano. Mais recentemente, em janeiro de 2015, Iglesias discursou no emocionante comício de encerramento da campanha de Marisa Matias para a presidência da República, no centro de Lisboa. Marisa superou todas as pesquisas de opinião e o BE confirmou sua posição como terceira força política do país.

Para Podemos, porém, o teste decisivo e marcante foi o das eleições para o congresso espanhol: mais de cinco milhões de votos (superando 20% do total), 69 dos 350 deputados. Ficou a menos de dois pontos percentuais da segunda força (PSOE) e se tornou o elemento chave para a discussão das formações de governo, dentro do quadro de monarquia parlamentar existente na Espanha.

Quem vota em Podemos?

O Centro de Investigaciones Sociológicas de Madrid realiza pesquisas periódicas e publica um *Barometro* social e político. Em janeiro de 2015 revelou dados interessantes a respeito dos eleitores de Podemos. Eles indicam que, anteriormente, 22% desses “podemistas” eram ‘não

eleitores³, isto é, não votaram em nenhum partido na eleição precedente. Em outras palavras, parece que Podemos conseguiu trazer para o voto pessoas que se ausentavam ou se abstinham de escolher. É claro que isso leva a muitas indagações, como estas: Por quais motivos se ausentavam? E por quais mudaram de ideia? Outros são ex-eleitores de IU ou PSOE. Alguns (uns 5%) eram até mesmo eleitores do PP. A pergunta, então, é esta: Mudaram, por quê?

A pesquisa do CIS pede que os eleitores se definam numa escala política com etiquetas do seguinte tipo: “liberal”, “socialista”, “conservador”, “comunista” etc. Autodefinição ideológica, digamos. Os eleitores podemistas aparentemente se autodefinem em uma escala bem mais variada do que os eleitores do binômio PP-PSOE. É um dos lados da chamada “transversalidade” de Podemos.

Várias outras pesquisas tem apontado algo similar. Também apontam que um pouco mais da metade dos podemistas tem até 34 anos e formação superior. E moram em cidades de mais de 100 mil habitantes (grandes, para as dimensões da Espanha ou Europa em geral), mais de 40% em cidades de mais de 400 mil. Há uma forte presença de segmentos de classe média e média alta (42%) e pouco mais de 35% de operários.

Em contrapartida, PSOE e PP são partidos de gente mais velha. E mais fortes nos municípios pequenos (menos de 100 mil).

Podemos tem conseguido ser “transversal” no que diz respeito à classe ou ao segmento social, mais do que os partidos tradicionais. Em parte porque ainda aparece como “diferente de tudo o que está aí”, um traço que, com certeza, tem prazo de validade, como sabem os brasileiros...

A aparição “revolucionária” de Podemos também não consegue ocultar que se trata, ao fim e ao cabo, de um movimento político “reformador”, com cores nitidamente social-democratas. Iglesias

chegou a dizê-lo, diretamente. É um movimento que, mais do que abolir o Estado ou criar um tipo inteiramente distinto de poder político, parece mais voltado para reformar as instituições, perseguindo uma radicalização da democracia burguesa, arrancando-a daquilo que chama de “casta”. Como a realidade é dura e contraditória, muitas vezes uma pequena aspiração de reforma “realista” depende de sentimentos utópicos, “irrealistas”. E, de outro lado, dentro de um sistema social, econômico e político enrijecido, até uma pequena reforma é apresentada, pelos seus adversários, como uma “revolução” inaceitável. Mais uma vez a frase: por experiência própria, os brasileiros sabem como isso funciona...

Talvez não haja formulação mais clara do que aquela que sintetiza Carlos Fernández Liria, professor da Complutense, onde orientou numerosos dos atuais líderes de Podemos. Liria, hoje candidato ao Congresso por Podemos, é conhecido pelo estilo direto, claro, duro. E assim resume a charada:

Neste momento não estamos para revoluções; estamos para conservar o pouco que nos resta, as poucas conquistas sociais que ainda ficam em pé. Os revolucionários, neste momento, são os ricos, os oligarcas, os neoliberais. Podemos não pode fazer outra coisa senão organizar a resistência.

Bloco de Esquerda

Quem hoje for a Lisboa e passar pela famosa Rua da Palma número 268, pode ainda testemunhar algo que parece ser uma relíquia da famosa Revolução dos Cravos. É um casarão que, naquele glorioso Abril dos capitães, foi ocupado pelos jovens militantes do trotskista Partido Socialista Revolucionário, que naquele então ainda se chamava Liga Comunista Internacionalista, Seção da IV Internacional. A mudança de nome ocorreu em 1979. O palacete segue ocupado, sob controle dos militantes, hoje participantes do BE.

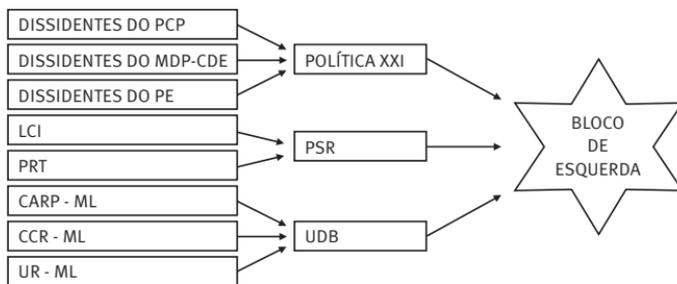
Em 1999, o PSR, a União Democrática Popular (de tendência maoísta) e o grupo de dissidentes comunistas Política XXI, somaram suas poucas forças para tentar criar um campo novo para uma ‘esquerda não conformista’ ou uma “esquerda que ousa”.

Alguns outros movimentos menores e militantes isolados se juntaram à empreitada. Foi o caso do veterano Fernando Rosas, antes vinculado ao minúsculo PCTP-MRPP. Ou dos militantes da Ruptura/FER, um grupo trotskista da chamada fração Nahuel Moreno (representada no Brasil pelo PSTU). Mas o crescimento da militância, de fato, teve como fator determinante a estrutura aberta da nova organização, que atraía e permitia a criatividade de movimentos diversos como os ambientalistas, feministas, estudantes etc. Aos poucos, as velhas organizações originárias – por exemplo, PSR, UDP – se dissolvem como partidos, permanecendo como associa-

ções de variados tipos. Essa estrutura um tanto fluida, por outro lado, fazia com que a esquerda mais tradicional encarasse o BE mais como um movimento do que um partido. Essa genealogia do Bloco pode ser resumida no diagrama a seguir.

O Bloco de Esquerda (BE) nasce da fusão entre Política XXI, Partido Socialista Revolucionário (PSR) e a União Democrática Popular (UDP)

- Política XXI: união de dissidentes do Partido Comunista Português (PCP) do Movimento Democrático Português – Comissão Democrática Eleitoral (MDP-CDE) e de quadros da Plataforma de Esquerda (PE).
- Partido Socialista Revolucionário (PSR): grupo trotskista, fusão da Liga Comunista Internacionalista (LCI) e Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).
- União Democrática Popular (UDP) – fusão da União Revolucionária Marxista-Leninista (URML), do Comitê de Apoio à Reconstrução do Partido Marxista-Leninista (CARP-ML) e dos Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas (CCR). Próxima do maoísmo.
- Ruptura/FER – fusão entre o Movimento Ruptura e a Frente de Esquerda Revolucionária. Era descendente de uma tendência trotskista, a chamada corrente morenista (de Nahuel Moreno).



Evolução, dificuldades e crescimento

Assim como faria mais tarde o Podemos, o BE estreia nas disputas eleitorais na disputa pelo Parlamento Europeu, em 1999, com chapa encabeçada por Miguel Portas. Teve pouco mais de 60 mil

votos (menos de 2%) e não elegeu deputados. Só em 2004 Portas ingressaria nesse parlamento.

Logo em seguida, mas ainda em 1999, o BE concorre às eleições legislativas (Assembleia da República), obtendo 131.840 votos (perto de 2,46% dos votantes). Elege dois deputados — Francisco Louçã e Luis Fazenda. No pleito de 2002, aumenta um pouco sua votação e elege um terceiro deputado. Começava aquilo que se poderia chamar de travessia do deserto.

Nesse início, o BE ainda tentava encontrar sua identidade. De certo modo, estava dividindo entre a origem “antissistema” das organizações que o haviam constituído e a dinâmica “reformista” que a própria participação eleitoral e parlamentar impunha. No seu nascedouro e nos seus primeiros anos de vida, o BE tinha muita afinidade com o PT brasileiro. Em um congresso de 2001, que tive oportunidade de acompanhar em algumas sessões, um grande número de delegados que subiam à tribuna mencionavam o “orçamento participativo” como modelo de organização das decisões políticas. Mais tarde, perto de 2005, o BE romperia com o PT e se alinharia com o PSOL com o qual ainda hoje mantém relações de solidariedade.

E era justamente nessa época que o BE dava um salto. Ele ocorre em fevereiro de 2005, quando o BE conseguiu oito cadeiras na Assembleia Nacional. O esforço persistente dos primeiros tribunais parecia ter dado resultados. Novos tempos, novos ventos, as caravelas do BE iam adiante. Mas, agora, com a responsabilidade de pesar na balança das negociações do país — com as consequências que isso traria para aqueles dilemas da entidade, reforma e revolução.

O porta-voz do BE era o economista e professor Francisco Louçã, antigo militante do PSR e deputado na Assembleia Nacional. O partido se consolida, cria seus estatutos, códigos internos, regu-

lamentos para eleição de dirigentes. Estrutura-se para dar conta do crescimento e ousar ainda mais.

Nas eleições europeias de 2009, a bancada do BE cresce: Miguel Portas, Marisa Matias e Rui Tavares. Tavares sai do BE em 2011, juntando-se ao partido verde europeu. Mas o BE se integra no grupo anticapitalista do parlamento europeu e se fortalece. O BE mantinha um perfil claramente antissistema e avesso a coalizões. Mas a composição da Assembleia nacional e o “empate” quase permanente entre os partidos majoritários faziam com que sua presença influenciasse a agenda política. Somavam-se a esse fator as qualidades de polemistas de seu “bando dos quatro”, isto é, seu grupo fundador: Francisco Louçã, Luis Fazenda, Fernando Rosas, Miguel Portas.

Um novo salto ocorreu em 2009: 16 deputados. O BE já era a quarta força do país, atrás do partido da direita (PSD), do PS e do PC.

Resultados eleições Assembleia Nacional

Data	Coordenador	Votos (mil)	%	Deputados
1999	Francisco Louçã	132	2,4	2
2002	Francisco Louçã	150	2,7	3
2005	Francisco Louçã	365	6,4	8
2009	Francisco Louçã	557	9,8	16
2011	Francisco Louçã	289	5,2	8
2015	Catarina Martins	551	10,2	19

Em 2011, uma certa surpresa. Nas eleições presidenciais, que viam a reconduzir o conservador Cavaco Silva, o Bloco apoiou a candidatura de Manuel Alegre, ligada ao PS. O apoio foi anunciado um ano antes, em janeiro de 2010. No sufrágio de 2006, Francisco Louçã havia sido a escolha bloquista, sendo votado por mais de 290 mil portugueses (5,32%).

Mas em 2011 ocorre um pequeno tropeço. A bancada na AN cai pela metade. Algumas crises internas resultam em saídas, como a de Daniel Oliveira, um dos fundadores do BE. Oliveira rompe com o BE e prevê um horizonte de declínio. Não é o que ocorreria, ainda que alguns outros grupos também tenham saído, optando por criar novas agremiações, ainda menores. A situação parecia grave. O jornal *Público* chegou a divulgar uma matéria bombástica: “Bloco em risco de desintegração: Fórum Manifesto sai e UDP diverge”.

O Fórum Manifesto era uma espécie de herança de um dos grupos fundadores do BE, o Política XXI. O principal nome dessa dissidência era uma combativa deputada, Ana Drago. E as advertências do documento de ruptura não pareciam nada gratuitas. E, como se veria mais tarde, ou surtiram resultado, alertando para ajustes de trajetória, ou calcularam mal o desdobramento de mudanças que já estavam em andamento no BE.

O grupo dissidente afirmava que seu objetivo seria o de “quebrar o bloqueio então existente, entre um PS alinhado com o centro político e um PCP indisponível para a governação”. Via com ceticismo a possibilidade de fazê-lo dentro do BE, que julgava impermeável a essa preocupação, já que voltado apenas para si mesmo.

Como dissemos, ou esse alarme despertou o BE ou os autores do Manifesto não atentaram para algo que já ocorria. O certo é que, no ano seguinte, o BE se empenhou precisamente em encontrar uma saída para tal mencionado bloqueio e numa estratégia de construção de pontes com o PCP e com segmentos do PS.

A estratégia parece ter bons resultados. Em 2015, o BE elegeu 19 deputados, teve sua maior votação e se transformou na terceira força política do país, superando o PCP. O resultado seria reforçado pela eleição presidencial de 2016, com uma vibrante campanha li-

derada por Marisa Matias. Junto com o PCP, o BE entrava na composição da base parlamentar do novo gabinete, conduzido pelo PS.

Quem são as lideranças do BE?

Do bando dos quatro ao bando dos seis

Os primeiros deputados do BE, de certo modo, cumpriram o papel de desbravar uma selva conservadora. Ou de promover uma travessia do deserto. Independente da alegoria que se escolha, o certo é que não era nada fácil o terreno em que combatiam Fernando Rosas, Francisco Louçã, Luís Fazenda e a solitária representante do feminino e do feminismo, Helena Neves. Com o tempo, aliás, as mulheres não apenas aumentariam sua participação no BE, como tomariam as rédeas do partido. Dentre os quatro pioneiros, Louçã atravessou todas as legislaturas, quase como um Quixote da legenda. Como deputado, mas também como professor, polemista e escritor, operava como a figura pública mais exposta do BE. Fernando Rosas, por outro lado, era o decano do grupo, já que nascera em 1946 e logo aos 17 anos se filiara ao PCP. De certo modo, representava a memória da militância sob a ditadura, já que os demais praticamente nasceram para a política com a Revolução dos Cravos.

Mas aos quatro mosqueteiros se juntaram outros tantos, três ou quatro anos mais novos, como José Manuel Pureza ou o falecido Miguel Portas, o primeiro representante do BE no Parlamento Europeu. Essa velha guarda, da safra dos anos 1950, progressivamente foi incorporando novos combatentes e preparando uma geração que hoje lidera o grupo. Os meninos e, cada vez mais, as meninas.

Se os fundadores por vezes eram apelidados de “bando dos quatro”, pode-se dizer que depois do congresso de 2014 se constituiu o “bando dos seis”, a direção colegiada composta por Catarina

Martins, Pedro Soares, Pedro Filipe Soares, Joana Mortágua, Adelinno Fortunado e Nuno Moniz. Eram seis nomes representando aquilo que se poderia identificar como três visões ou tendências do BE.

Mas essa descrição das lideranças seria pouco eficaz se ignorasse as fermentações de quadros que não necessariamente estavam na direção, mas, ainda assim, marcavam a presença pública do partido. Louçã e Pureza, por exemplo, seguem sendo figuras públicas, como polemistas e comentaristas políticos na mídia. Mas há uma nova safra que merece atenção.

A jovem guarda

Entre os “meninos”, há figuras saídas do mundo estudantil e das escaramuças da política cultural. É o caso de Jose Soeiro, nascido em 1984. Sociólogo e deputado, mas também ator, é um dos criadores do Teatro do Oprimido em Portugal, uma certa herança de nosso Augusto Boal. Um de seus primeiros livros polêmicos combate uma praga ideológica não exclusiva de Portugal: *A Falácia do Empreendedorismo*. Certa vez, entrevistado sobre a publicação, deixou claro que nascera para a polêmica: “Com o empreendedorismo se produz Bangladesh, não a Suécia”.

Soeiro foi também um dos criadores da cooperativa Cultra, que continua a promover eventos culturais e artísticos por todo o país.

Um desses eventos, ou jornadas, foi o *Conversas sobre o Senso Comum* – uma resposta aos mitos das chamadas “políticas de austeridade” neoliberais. Juntamente com dois outros dos ‘meninos’, Miguel Cardina e Nuno Serra, Soeiro reuniu textos desses debates em um livro que de certo modo retrata o papel do BE como grupo de desconstrução do pensamento conservador e de suas manifestações políticas. O título é ele próprio uma provocação: *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade*

(ed. Tinta-da-China). E os autores e temas do volume retratam a guerrilha de ideias em que se metiam: Ana Cordeiro Santos (*Temos vivido acima das nossas possibilidades?*), Ricardo Sequeiros Coelho (*Gerir um país é como gerir uma casa?*), José Castro Caldas (*O Estado deve ser gerido como uma empresa?*), Mariana Mortágua (*Temos de pagar a dívida?*), Elísio Estanque (*O desemprego é uma oportunidade?*), Francisco Louçã (*Baixar os salários é o caminho para salvar a economia?*), José Soeiro (*Os direitos dos mais velhos estão a bloquear os dos mais novos?*), Luís Fernandes (*O que faz falta é sermos empreendedores?*), Nuno Serra (*Há professores a mais e alunos a menos?*), António Rodrigues (*Quem pode deve pagar mais pela saúde?*), Sílvia Ferreira (*A Segurança Social é insustentável?*), Paulo Pedroso (*O RSI é um estímulo à preguiça?*), Catarina Martins (*A Cultura pode viver do mercado?*), Manuel Jacinto Sarmento (*Na escola de antigamente aprendia-se mais do que na de hoje?*), Fernando Rosas (*No tempo de Salazar é que era bom?*), Maria José Casa-Nova (*Os ciganos é que não querem integrar-se?*), Manuel Loff (*A culpa é dos políticos?*) e Miguel Cardina (*Isto não vai lá com manifestações?*).

Bem, agora chegam as meninas, quatro delas à frente de um grupo que cresce: Catarina Martins, Marisa Matias e as gêmeas Joana e Mariana Mortágua. Os 4M? Nos últimos cinco anos elas têm constituído a cara do BE. E são elas também figuras de singular origem e trajetória. São as herdeiras de líderes mais antigas, como a já mencionada Helena Neves (nascida em 1954).

Catarina, a atual coordenadora do BE, nascida em 1973, é, antes de mais nada, uma agitadora cultural. Atriz, dramaturga e encenadora, atravessou cidades de Portugal, Espanha e Itália fazendo teatro e política, ou teatro político. Quem assiste a seus pronunciamentos no parlamento ou aparições diante da mídia, percebe o quanto isso a marcou e preparou. De certo modo, um retrato das

principais posições do BE com relação aos temas da política portuguesa podem ser vistos em livro recente de Catarina: *Mitos Urbanos*, um mapa para ler a crise. Ali aparece a corda em que se equilibra o artista. Catarina reúne os grandes temas da crise portuguesa e procura fazer o milagre buscado pelo BE: conciliar uma visão “radical” e dura, crítica da “sabedoria convencional” e, ao mesmo tempo, apresentar saídas críveis, realizáveis, em alguma medida “reformistas”. Em grande parte, é o desafio diante do qual está o BE, dando suporte ao governo do moderadíssimo PS e em companhia do velho e rígido PCP, ainda alinhado com a Coreia do Norte.

Talvez essa combinação sintetize o drama dos partidos-movimentos e dos movimentos-partidos, isto é, dos movimentos sociais ou sociopolíticos. Por um lado, para conquistar o direito de falar das “grandes coisas” precisam enfrentar com garra (e sucesso) o pantanal das pequenas coisas. Mas, se não quiserem perder mesmo as conquistas no campo das “pequenas coisas”, não podem ignorar o terreno das “grandes coisas”. Afinal, o capitalismo é um bicho que sabe comer pelas beiradas, adotando, com menos alarde, a prática de Hitler: fatar o adversário, como um salame, para melhor devorá-lo.

O segundo dos 4Ms é Marisa Matias, que recentemente concorreu à presidência da República, com excelentes resultados. É deputada do BE no parlamento europeu, onde ajuda a organizar a frente da esquerda. Professora, socióloga e especialista em saúde pública e meio ambiente, é também um forte elo do BE com o Podemos espanhol. Marisa participou da Assembleia Cidadã em que se formalizou a criação de Podemos. E Pablo Iglesias esteve no comício de encerramento de Marisa, um espetáculo de alta vibração no centro de Lisboa. Além de uma sólida formação política, é uma oradora inspirada e espontânea, o que demonstrou na campanha presidencial, surpreendendo as pesquisas eleitorais.

E por fim, temos as duas gêmeas, nascidas em 1986. O sobrenome – Mortágua – tem eco na história portuguesa recente. O velho Camilo Mortágua era um ardoroso militante antifascista, fundador da Liga de Unidade e Acção Revolucionária [LUAR]. Ficou famoso por uma singular inovação nas técnicas de agitação e propaganda. Muitos anos antes do famoso 11 de setembro novaiorquino, Camilo sequestrou um avião comercial (da TAP) e com ele sobrevoou cidades de Portugal lançando panfletos. As gêmeas – professoras e pesquisadoras – mudaram os métodos, mas seguiram a veia política do pai. Com o mesmo fervor. Joana entrou antes no BE, logo participando das coordenações do grupo. Mariana, que escreveu livros e artigos com Louçã, filiou-se depois, mas chegou ao parlamento já em 2011, Joana em 2015. As duas irmãs têm surpreendido seus adversários no parlamento, pela firmeza da argumentação e pela agudeza nos debates. Quem assiste aos confrontos da Assembleia Nacional é levado a pensar que Mariana parece usar a técnicas que aprendeu como praticante de *kickboxing*. Impávida como Mohamed Ali, tranquila e infalível como Bruce Lee.

Nessa transição de gerações e perfis, o BE de certo modo materializa uma outra transição, o que nos leva à nota final em que aproveitamos a deixa para provocar os leitores brasileiros. Assim, por debaixo dessa mudança bem visível – de gerações e de gênero – há outra, mais silenciosa, mas determinante, evidenciada nos artigos de 2008 que reproduzimos em anexo. Neles aparecem alguns dos debates que angustiavam a militância do BE, tocando na questão existencial da nova esquerda ibérica, mas também na nova esquerda em outras partes do mundo: o que é “ser de esquerda”, nesta situação concreta e neste momento?

Nota final: Reforma ou revolução?

Em 2016, o Bloco de Esquerda enfrenta uma nova situação, um desafio – participa de uma frente que dá suporte parlamentar a um governo do Partido Socialista, uma social-democracia para lá de moderada. De fato, a situação vinha se desenhando aos poucos. Em eleição presidencial precedente, o BE abriu mão de candidatura própria para apoiar um candidato da “esquerda do PS”, Manuel Alegre. No governo local de Lisboa, uma espécie de ensaio da coalizão nacional já havia sido feita, pouco antes. Na revista do partido, *Virus* n. 6, André Freire profetizara: a operação realizada em Lisboa, se bem-sucedida, poderia ser replicada em nível nacional. E foi. Na Espanha, Podemos aparece, às vésperas de uma nova eleição, como o agrupamento que pode sustentar ou mesmo liderar um governo em coligação com o velho PSOE.

Uma situação nova e desafiadora, sobretudo para o BE, um partido que sempre ficara na oposição, na “esquerda que diz não” ou que, talvez voltado para si mesmo, aceitava ser a voz crítica, contra a “esquerda do possibilismo”. O BE, que sempre se apresentara como a figura do “contrapoder”, agora enfrentava o desafio de ser poder ou, pelo menos, de sustentar um governo e, em maior ou menor medida, responder por suas políticas.

Essa imagem adquirida pelo BE – contrapoder, antissistema – garantia um certo “nicho de mercado” para o partido, mas, por

outro lado, como tornava-o prisioneiro de seu passado, ou do passado das organizações que lhe deram origem, como lembra Elisio Estanque em artigo que mais adiante reproduzimos. A consequência era uma certa “arrogância”, uma certa pretensão de superioridade moral e um radicalismo doutrinário. Ainda que rentável para uma organização pequena e nova, era um limite para quem quisesse, de fato, conquistar a hegemonia e mudar o país.

Enfim, o BE parecia ser desafiado pelo dilema das reformas progressistas, pela necessidade de fazer o que recomendava Ernest Mandel, um velho militante da IV Internacional e ideólogo mais distante do PSR: compreender, na prática política, a dialética das conquistas parciais.

No quadro político português, confrontando a direita, mas distinguindo-se do PCP e do PS, o BE foi pouco a pouco monopolizando a representação de demandas novas, de temas que atraíam um eleitorado jovem, urbano, informado e educado. Tinha grande penetração, por exemplo, entre os estudantes. Mas também recebeu atenção de camadas profissionais específicas. Os professores, por exemplo, representavam parte significativa de seus filiados. Agora, para o bem e para o mal, precisa não apenas expressar a “revolta” desses setores sociais. Tem que responder pelas políticas que os atingem.

Esse tipo de desafio, de fato, aplica-se também ao caso de Podemos. Nos dois partidos, de formas diferentes, temos o mesmo paradoxo. Encarnam, para muitos, uma imagem da recusa, da revolução, do inteiramente novo. No caso do Bloco de Esquerda, mais ainda, já que sua origem e evolução está muito marcada pelas organizações de extrema-esquerda, com sua visão estratégica, a sua crença e empenho na derrubada do sistema capitalista e de seu Estado e na construção da nova sociedade, socialista. Mesmo para Podemos,

um significativo número de líderes formou-se nessa cultura do rompimento, da recusa frontal, da “utopia” socialista.

A história tem seus mistérios. Os partidos reformistas, como os PCs e a social-democracia, deixaram de encarnar a bandeira das reformas econômicas, da democracia e dos direitos civis – que durante tanto tempo sustentaram. E a extrema-esquerda foi empurrada a se tornar... a esperança social-democrata radical, originária, esperançosa. Pablo Iglesias disse isso explicitamente, em vários momentos.

Vicenç Navarro, conhecido economista, professor, consultor da ONU e colaborador de Podemos resumiu essa ideia com clareza – a social-democracia espanhola abandonou o socialismo e as políticas reformistas e democráticas, deixando um vazio no terreno político:

O vazio criado pela social-democracia espanhola e sua adaptação ao neoliberalismo justificou o protesto popular e a demanda de recuperação desse projeto, claramente abandonado pelo aparelho do PSOE. Daí a urgência de uma rebelião dos eleitores dessa opção política (em sua grande maioria pessoas claramente de esquerda) frente ao aparato de seu partido, para forçar um deslocamento do PSOE para a esquerda, para que não impeça o estabelecimento de um governo de esquerda na Espanha, que provavelmente será possível em um futuro próximo.

(Publico, 23/06/2016).

A recente evolução do BE tem mostrado com clareza tal percepção – e suas dificuldades. Aparentemente, se quiserem evitar a repetição do mesmo caminho, o desafio dos novos agrupamentos, em Portugal e Espanha, é evitar aquele mal-estar que Rosa de Luxemburg apontava nos partidos de esquerda de seu tempo: reformistas na política de todos os dias guardavam o discurso revolucionário para os dias de festa.

O desafio parece estar menos na contraposição entre reforma e revolução, ou programa máximo e programa mínimo. Talvez esteja

na capacidade de explorar o que um antigo escritor marxista chamava de “dialética das conquistas parciais”. Ou que Trotsky, a seu modo, apelidava de reivindicações de transição, aquelas que refletem as mais sentidas e simples demandas das massas exploradas e, ao mesmo tempo, para sua realização plena, exigem a transformação de aspectos estruturais do sistema.

Um velho poeta espanhol dizia que no mar não há caminhos, apenas estrelas. Para não quebrar o barco, o navegante precisa estar atento aos obstáculos mais próximos, um rochedo, um bloco de gelo. Mas, para não perder a direção, precisa olhar mais adiante e mais acima, precisa observar o que está escrito nas estrelas.

Reginaldo Moraes, junho de 2016

Parte 2

Dossiê

Nota de apresentação

A segunda parte desta publicação é composta de depoimentos e análises produzidas por ativistas dos dois agrupamentos. Os textos de Alda Souza (sobre o Bloco) e de Jaime Pastor (sobre Podemos) reconstituem a história das duas agremiações partidárias, nelas tentando avaliar, com perspectiva mais longa, sua inserção nos confrontos políticos dos dois países.

Os demais textos sobre Podemos, reproduzidos da revista *Virus*, publicação do Bloco de Esquerda, são depoimentos que procuram mostrar o que o novo partido tem de inovador, no cenário da “transição” nunca bem resolvida da política espanhola, do acerto de contas com o conservadorismo franquista e, ao mesmo tempo, com sua versão “moderna” e neoliberal, representada pela alternância de poder entre PP e PSOE.

Os textos sobre o Bloco de Esquerda, extraídos da mesma revista, mostram o lento fermentar de uma discussão, dentro do grupo, a respeito de sua identidade e de suas opções táticas e estratégicas: como combinar a tônica revolucionária e “utopista” do BE com as imposições “realistas” ditadas pelo crescimento de sua representação (e de suas responsabilidades...) dentro do estado burguês?

Este dossiê é apenas uma pequena, muito pequena, amostra do debate que tem atravessado o que se pode chamar de “nova esquerda europeia”, uma espécie de mancha política que incluiria também,

entre tantos, o Syriza grego, o Refondazione italiano, o Partido de Esquerda francês. Mas essas são outras histórias, que ficam para uma outra vez. Voltaremos a elas, mais tarde.

Seguem os documentos:

Podemos

1. O desafio de Podemos. Da recusa da “casta” à ruptura com o regime e a doutrina da austeridade, por Jaime Pastor. Revista *Contretemps*, n. 25, abril de 2015.
2. Espanha: por que surgiu o 15M e em seguida o Podemos, por Vicenç Navarro NAVARRO – Revista *Virus*, n. 6, Lisboa, novembro de 2014.
3. Podemos é o melhor instrumento para evitar uma nova transição “por cima”, por Jorge Costa entrevista Miguel Urbán, fundador de Podemos e candidato ao parlamento europeu. Revista *Virus*, n. 6, Lisboa, novembro de 2014.
4. Medo de Podemos, por Manuel Gari. Revista *Virus*, n. 6, Lisboa, novembro de 2014.
5. Depoimento de Teresa Rodriguez, professora e eurodeputada por Podemos. Revista *Virus*, n. 6, Lisboa, novembro de 2014.

Bloco de Esquerda

1. O Bloco de Esquerda em Portugal. Nem Syriza, nem Podemos, por Alda Sousa. Revista *Contretemps*, n. 25, abril de 2015.
2. O Bloco, o PS e a dificuldade dos consensos à esquerda, por Elísio Estanque, Revista *Virus* n. 4 – agosto/setembro de 2008.

3. Para a Refundação da Esquerda, por João Teixeira Lopes, Revista *Virus* n. 4 – agosto/setembro de 2008.
4. Cultura de poder ou culto do poder?, por João Semedo, Revista *Virus* n. 4 – agosto/setembro de 2008.

Podemos

O desafio do Podemos. Da recusa da “casta” à ruptura com o regime do “austeritarismo”

Jaime Pastor

Revista *Contretemps*, n. 25, abril de 2015

Para compreender o fenômeno Podemos e o terremoto que provocou na sociedade e na política do Estado espanhol, é importante recordar o contexto no qual ele surgiu. Dois fatores fundamentais ajudam a compreender as situações que precederam a sua irrupção. O primeiro foi o estouro da bolha financeira-imobiliária a partir de 2008 e a brusca mudança de orientação realizada pelo governo, então presidido por Rodriguez Zapatero que, sob os “conselhos” de Angela Merkel e Nicolas Sarkozy, engajou-se em uma política de redução dos gastos sociais¹. O segundo são os acontecimentos de 15 de maio de 2011 (o 15M), abrindo novo ciclo de lutas, que permitiu que aquilo que era até então um desencanto dos cidadãos pela política institucionalizada e por seus “representantes” se transformasse em um protesto que proclamava *nós não somos uma mercadoria nas mãos dos políticos e banqueiros* e exigisse uma *política real*.

¹ Uma descrição das diferentes medidas tomadas nesta matéria desde o início da crise encontra-se em http://wiki.15m.cc/wiki/Lista_de_recortes.

Os efeitos da crise sistêmica e o ciclo aberto pelo 15M

A mudança de orientação do governo Zapatero em 2008 evidenciou o fracasso das expectativas suscitadas pelo *modelo* de *capitalismo popular* dos decênios anteriores, com a perda das conquistas sociais que haviam sido até então preservadas pelos governos do PSOE, mesmo em sua variante “social-liberal”. A sua manifestação mais evidente foi o crescimento massivo do desemprego em alguns anos, chegando a atingir 25% da população ativa. A base material da legitimidade do regime ficou enfraquecida com uma lista ininterrupta de escândalos ligados à corrupção que atingia os partidos políticos, a monarquia e também o poder judiciário. No plano social, a fragilização do governo agravou-se com a fratura aberta no plano nacional-territorial nas relações Catalunha-Estado Espanhol, depois de julho de 2010, quando o Tribunal constitucional invalidou uma parte significativa do novo Estatuto da autonomia catalã, o que afetaria a rejeição de uma via federalista de reconhecimento da identidade nacional catalã e dos direitos que ela implica.

Alimentado por esta mudança brusca da conjuntura, um sentimento de mal-estar crescente começa a expressar-se através das redes sociais antes de explodir na manifestação do 15M e da ocupação da Puerta del Sol. Começa a produzir-se desta forma um processo de repolitização de amplos setores da população, com a entrada em cena de uma nova geração, que ganhou grande apoio da opinião pública. Seu “efeito de contágio” em pouco mais de três anos foi enorme, quer se trate do fenômeno das mobilizações (as Marés) na educação e saúde (em particular na Comunidade autônoma de Madri) ou de várias iniciativas alimentadas por este “espírito do 15M”.

É este “clima” do “sim, nós podemos” que permite também compreender os sucessos relativos dos fenômenos anteriores ao 15M, como a Plataforma dos Atingidos pelas Hipotecas (PAH),

uma organização que conseguiu impedir um número grande de despejos que atingiam pessoas e famílias muito endividadadas, em particular inúmeros imigrantes, vítimas do desemprego e do empobrecimento massivo ao longo dos últimos anos.

No entanto, as eleições parlamentares de novembro de 2011 evidenciavam o enorme contraste entre, de um lado o impacto social e a simpatia conquistada pelo 15M e, de outro, a dificuldade em fazer com que esta influência se traduzisse no plano eleitoral pela sanção aos dois grandes partidos políticos. Assistimos com efeito a um recuo do PSOE, mas a maioria absoluta obtida pelo PP ocasionou um bloqueio permanente do poder face às novas reivindicações, quando não se tratava de nada além de reformas elementares². Este bloqueio já havia sido reforçado pelo pacto entre o PP e o PSOE em pleno verão de 2011 para reformar o artigo 135 da Constituição, especificando nele que o respeito ao teto do *déficit* financeiro e ao pagamento da dívida se tornassem prioridade absoluta, uma forma de antecipar o Pacto Fiscal adotado em seguida pelos governos da Zona do Euro.

Com o refluxo do ciclo de protestos aberto pelo 15M e, paralelamente, o prosseguimento das políticas de austeridade adotadas tanto pelo governo central como pela maioria das comunidades autónomas dirigidas pelo PP, ou outros partidos como Convergência e União ou o PSOE, abriu-se um debate no interior dos setores mais ativos e politizados dos movimentos sociais, quanto à necessidade de um novo instrumento político-eleitoral, que ganhou em intensidade e extensão. Este processo foi encorajado pelos acontecimentos na Grécia, em que o surgimento de uma formação política plural como o Syriza parecia traduzir esta necessidade de transferir para o

² Exemplo disso é a exigência de reforma do sistema eleitoral, claramente favorável aos dois principais partidos a nível nacional: o parlamento nem respondeu a esta demanda, e o PSOE sempre apoiou a recusa do PP em levá-la em conta.

plano eleitoral o potencial acumulado pelos protestos sociais durante uma longa sucessão de greves gerais.

Esta tendência parecia confirmar-se na experiência da campanha eleitoral na Galícia, no outono de 2012 – com a irrupção fulgurante de uma nova coalizão, a *Alternativa Galega de Esquerda*, unindo uma corrente nacionalista dirigida por uma personalidade conhecida, Xosé Manuel Beiras, a federação d’Izquierda Unida e outras correntes menos importantes – e iniciativas como o Processo Constituinte na Catalunha – um movimento impulsionado por personalidades muito conhecidas como Arcadi Oliveres ou Tereza Forcades e organizações como a *Revolta Global-Esquerda Anticapitalista*. Era possível criar um novo espaço político-eleitoral onde se reconhecessem aqueles que invocavam o “espírito do 15M” e aspiravam a uma outra política e, a uma outra forma de fazer política diante do bipartidarismo dominante. Nesta esteira apareceram outros projetos como o *Partido X* – vindo principalmente das redes sociais, com Hervé Falconi como candidato – ou *Alternativas desde Abajo*, tendo como horizonte a preparação de listas para as eleições municipais em algumas grandes cidades.

Assistiu-se então a emergência de um grupo de comunicação política, cujo principal promotor era Pablo Iglesias e que, apoiado em um canal de televisão alternativo, *La Tuerka*, com sucesso crescente, tornou-se uma referência para uma parte significativa dos indignados ativos nas redes sociais. Isso levou os canais de televisão convencionais a convidar Iglesias para participar de programas de debate político, onde ele rapidamente destacou-se diante dos porta-vozes da direita e da esquerda oficial.

Este grupo concebeu um projeto político de característica nacional-populista (no sentido de Laclau³), influenciado pelas expe-

³ Ernesto Laclau, *La razón populista*, Fondo de Cultura Económica de España, 2005.

riências latino-americanas da Venezuela, Bolívia e Equador e cuja aceitação, no Estado espanhol, parecia ser confirmada pelas pesquisas de opinião. As eleições para o Parlamento europeu, em maio de 2014, surgiram como a melhor ocasião para abrir uma brecha no sistema dos partidos. Este ponto de vista era compartilhado pela *Izquierda Anticapitalista (IA)* que, através de alguns representantes, participava assiduamente da *Tuerka* e havia participado também das experiências de trabalho coletivo com membros desta equipe no movimento antiglobalização ou nas mobilizações universitárias contra o processo de Bolonha.

O processo de negociação entre os dois partidos não foi nada confortável, com claras diferenças em relação ao programa e ao discurso político a ser adotado. Isto verificou-se imediatamente na elaboração do manifesto “Mover Ficha”⁴ que, em 14 de janeiro de 2014 serviu de base para o lançamento da candidatura de Pablo Iglesias sob a nova sigla Podemos e que foi rapidamente relegado a um segundo plano. De acordo com o modelo populista, foi pela sua qualidade de líder mediático que Pablo Iglesias tornou-se protagonista, somado ao fato de ele ter-se limitado a um discurso simples – o povo diante da casta, deixando de lado temas como a questão catalã ou a imigração, que poderiam fazê-lo perder o apoio de alguns – que estimulava acima de tudo a vontade de “ganhar” frente aos partidos do governo.

De qualquer modo, o impacto crescente desta candidatura favoreceu o rápido desenvolvimento das estruturas de base, os Círculos⁵

⁴ O texto pode ser lido em: <http://tratarde.org/wp-content/uploads/2014/01/Manifiesto-Mover-Ficha-enero-de-2014.pdf>.

⁵ Eram 200 em 2 de março e mais de 500 em 22 de junho. Na Assembleia cidadã do Estado em outubro-novembro havia mais de 1000, de diferentes tipos, com componentes bem mais diversos.

e, com a participação inovadora e massiva das redes sociais, conduziu a uma progressão relâmpago de adesões ao Podemos. Abre-se então a fase de elaboração do programa para as eleições europeias – fruto de um processo participativo que culminou em 12 de abril em um Encontro Cidadão – em seguida a escolha de um candidato, por um mecanismo de primárias abertas, que conduziu à designação de Pablo Iglesias. Os encontros da campanha eleitoral, financiada por um *crowdfunding* (financiamento coletivo) que ultrapassou todas as expectativas, reunindo uma assistência massiva que não se conhecia desde 1982⁶, assim como as sondagens, são testemunhas deste rápido crescimento. Ao final, com cinco eurodeputados eleitos pelo Podemos e o fracasso cruel dos dois grandes partidos, PP e PSOE, assistiu-se ao advento de um novo cenário político no âmbito do Estado espanhol⁷. Como ressaltou Brais Fernández, em um balanço que cobriu o período anterior ao 25 de maio,

Podemos conseguiu utilizar o termo “casta” para designar de forma simples e direta os responsáveis econômicos e políticos da miséria, da fusão dos poderes públicos e privados [...] Esta capacidade do termo “casta”, para simbolizar a fusão entre poderes econômicos e políticos, encontra também sua base material no movimento real: ele remete ao tema fundador do 15M que afirmava que “nós não somos uma mercadoria nas mãos dos políticos e dos banqueiros.” Um termo tão ambíguo quanto “casta”, sem as experiências coletivas precedentes, poderia da mesma forma encarnar uma representação enganosa de todos os males quaisquer que sejam, um conceito populista que ocultasse os verdadeiros responsáveis pela crise, como ocorreu na Itália.[...] Por

⁶ Refiro-me à campanha eleitoral do PSOE, com a candidatura de Felipe Gonzalez, que alimentou grandes ilusões a respeito da “mudança” depois do fracasso do golpe de Estado de 23 de fevereiro de 1981.

⁷ Cf Declin du bipartisme, ascension de Podemos, renforcement du souverainisme en Catalogne, Jaime Pastor, *Inprecor*, mai-juin-juillet, p. 9-10 (ano?)

outro lado, Podemos teve a audácia (permitida pela fragilidade das adesões políticas instauradas pelo regime em 1978) de disputar com o PSOE a sua base social. Como partido político, o PSOE foi, nesses últimos decênios, o principal instrumento de integração das classes subalternas ao Estado espanhol, um processo que acompanhou a sua própria subordinação e integração aos aparelhos de Estado.[...] A derrocada deste modelo, a partir da crise de 2008, marcou da mesma forma a erosão de seu referencial social para todos aqueles que até então viam no PSOE um mal menor em relação à direita. Podemos soube retomar a palavra “socialista” para se posicionar como alternativa frente à ruína da “marca de origem”, chegando a “jogar” de forma discursiva com a coincidência que fazia com que o dirigente da Podemos tivesse o mesmo sobrenome do fundador do PSOE⁸ (8)

Após as eleições europeias, um Podemos triunfante?

A irrupção do Podemos nas eleições europeias de maio de 2014 pode então ser compreendida no quadro geral da crise da Zona do Euro, da crise do regime e do distanciamento frente aos grandes partidos, mas igualmente no quadro do novo espaço de repolitização cidadã aberto pelo 15M, as Marés e as inúmeras mobilizações e iniciativas nascidas da base⁹. Podemos soube fazer a conexão com a busca de uma nova força política pronta a refletir, no plano eleitoral, a indignação de uma parte crescente do “povo” frente à “casta” e isto lhe atribui um grande valor. Ele alimentou desta forma as

⁸ Podemos, un grand succès et une grande responsabilité, Brais Fernández, *Imprecor*, nº 605-606, mais-juin-juillet 2014, p. 13-16.

⁹ Certos elementos recentes corroboram esta afirmação: em 2004 a adesão à “economia de mercado” havia recuado 22 pontos e situava-se em torno de 45%; 54% da população avaliava ter caído na escala social devido à crise; o interesse pela política cresceu 8 pontos em relação ao nível anterior à crise; a fratura cidadão/elite se aprofundava...(La rebelión de las masas, Belén Barreiro, *El País*, 13 de fevereiro de 2015).

esperanças de mudança que, pela primeira vez desde a “Transição”, permitem pensar que é possível oferecer uma alternativa de governo frente ao bipartidarismo dinástico em vigor e ao regime. Uma alternativa que se apoie na mudança política e na ruptura democrática diante das tentativas de recomposição do regime atual.

Novamente, mesmo se as circunstâncias sejam muito diferentes daquelas que predominavam sob o franquismo tardio, o dilema reforma ou ruptura tende a voltar ao primeiro plano da situação atual.

A partir de 25 de maio de 2014, um verdadeiro tsunami político arrasta tudo, uma sucessão de acontecimentos – com destaque para a abdicação do rei Juan Carlos I em benefício de seu filho Felipe VI, exatamente algumas semanas mais tarde, uma forma de frear a perda de crédito da instituição monárquica – que confirmam o sentimento de pânico das elites governantes frente a ameaça de desestabilização política que Podemos representa em um contexto onde se sucediam os ataques contra os direitos sociais e os escândalos de corrupção¹⁰.

Em resumo, assiste-se ao avanço de um eleitorado transversal, no plano social e político, de um discurso “pela mudança” (havia sido o *slogan* da campanha vitoriosa do PSOE em 1982), tendo como eixo

¹⁰ Seria difícil enumerar todos os novos escândalos que sucederam-se: podemos destacar o “caso Bárcenas”, antigo tesoureiro do PP, cuja contabilidade revelou o financiamento ilegal deste partido por longos anos; o da infante Cristina, irmã do atual rei Felipe VI, e de seu marido Urdangarin, e os negócios que eles realizaram com os governos autônomos como o de Valência ou das Baleares; o desvio de fundos feito pelo governo do PSOE na Andaluzia em detrimento dos desempregados, com a cumplicidade de dirigentes sindicais; o “caso Pujol”, presidente da Generalitat da Catalunha durante 23 anos, acusado de evasão fiscal em Andorra e na Suíça; o caso de Bankia, relativo ao uso abusivo de cartões de crédito pelos representantes do PP, do PSOE, da IU, dos sindicatos CO e UGT... Para não mencionar os numerosos casos de corrupção a nível local ou das comunidades autônomas, ligados ao *boom* da bolha imobiliária e aos projetos de aeroportos... sem viajantes.

central “o povo contra a casta” (corolário de “os de baixo frente contra os de cima”, que põe em segundo plano o eixo esquerda-direita, ainda que a maioria de seus eleitores situe o Podemos na esquerda radical e se identifique com uma esquerda situada entre o PSOE e o IU¹¹), sustentado pela figura midiática central de Pablo Iglesias, e mais ainda, pelo descrédito crescente dos dois grandes partidos e pela corrupção sistêmica que afeta as principais instituições do regime.

Após o 25 de maio, surgem grandes expectativas, estimuladas por uma série de sondagens, que permitem pensar que a hipótese de ver o Podemos obter a maioria nas eleições gerais é possível. Resta saber como os partidos do regime e as potências econômicas multiplicam seus esforços para impedir este cenário.

Trata-se de um projeto que aspira ganhar uma maioria eleitoral dispondo-se a subordinar a este objetivo a ideia de integrar, ao discurso e ao programa, outras respostas e reivindicações, na medida em que colaborem ou não para a construção de uma unidade nacional-popular a mais ampla possível. Isto explica como o programa econômico apresentado quando das eleições europeias foi se tornando moderado em vários aspectos importantes, como aqueles relativos à dívida, à idade da aposentadoria, a nacionalização de setores estratégicos da economia ou a necessidade de mudança de modelo de produção e de consumo para levar em conta as dimensões ecológicas e de gênero, na crise sistêmica¹².

¹¹ Como és el votante de Podemos, Guillermo Cordero y Mariano Torcal, *El País*, 13 de fevereiro de 2015.

¹² Estas mudanças se refletem no documento “Um projeto econômico para o povo”, redigido a pedido de Pablo Iglésias, pelos economistas Vicenç Navarro e Juan Torres e que foi apresentado no final do último novembro, Cf. Aírto Rivero, Podemos comunica sua “capacidade de manobra praticamente nula” diante de uma boa parte da dívida, 28 de novembro de 2014, eldiario.es. Disponível em www.eldiario.es/politica/Documento-Propuesta-Navarro-Torres-Podemos_0_-329317336.html.

Outro ponto controvertido deste discurso é o recurso ao significante “pátria” com uma referência exclusiva à nação espanhola (mesmo que isto tenha sido em seguida nuançado ao se falar de “nação das nações” e mesmo de plurinacionalidade), um termo tradicionalmente utilizado pela direita e que fere a sensibilidade de amplos setores na Catalunha, em Euskadi, e mesmo, ainda que em menor medida, na Galícia, setores onde se afirma a vontade de romper com o regime mas com o objetivo de levar a cabo um processo constituinte diferente daquele da Espanha.

A assembleia cidadã central ocorrida em outubro-novembro passado decidiu conduzir majoritariamente este projeto com uma estrutura organizacional centralizada baseada em uma “máquina de guerra eleitoral”, dirigida por Pablo Iglesias, sendo as decisões ratificadas por mecanismos plebiscitários através das redes sociais. A equipe dirigente não procura, assim, construir um partido de militantes, nem um partido-movimento, mas sim um partido eleitoral de um novo tipo que relegue a um nível subalterno a participação ativa dos círculos de base nos processos de deliberação e de decisão do Podemos. No entanto, o objetivo não é levar à sua dissolução progressiva em proveito dos novos Conselhos Cidadãos, nem de renunciar a iniciativas pontuais de mobilização com objetivos próprios, como aquela realizada com sucesso, a marcha da mudança que reuniu neste 31 de janeiro quase 200 mil pessoas vindas de diferentes territórios do Estado.

Mesmo com todas as reservas que possa suscitar sua evolução para o “centro” e seu modelo organizacional, é preciso, todavia reconhecer que a hipótese que permitiria ao Podemos obter o apoio de

Este documento foi questionado por diferentes setores do Podemos, em particular dentro do Círculo economia-ecologia-energia, um dos mais voltados para os debates abertos sobre a questão do programa.

uma maioria suficiente para chegar ao governo, tornou-se um peso para os “poderes fácticos”¹³ dentro e fora da União Europeia. A ameaça que significa para a estabilidade do sistema e dos seus interesses, um projeto que aspira derrubar a “casta” e engajar-se em uma nova política anti-austeridade, mesmo formulada em termos de “reformismo defensivo”, é suficiente para atestar que o medo está mudando de campo.

Apesar de suas discordâncias importantes com a direção do Podemos, a Izquierda anticapitalista, agora Anticapitalistas¹⁴, está convencida de que é preciso participar com lealdade da construção e do desenvolvimento desta organização, tentando ao mesmo tempo se aproximar de outros setores e sensibilidades que a compõem, com os quais seria possível um acordo em torno de questões que se colocarão no futuro. Foi o que ocorreu, aliás, quando da Assembleia cidadã a nível de Estado, com a plataforma Somando Podemos¹⁵, e na ocasião das eleições internas dos órgãos dirigentes a nível local e a nível das regiões autônomas entre dezembro e fevereiro passados¹⁶.

O “efeito Podemos”, sublinhamos, desestabilizou o panorama político e o sistema de partidos, afetando tanto o PSOE quanto a IU. O PSOE tenta organizar uma nova direção que dê credibilidade a um

¹³ Expressão muito utilizada para designar os “poderes de fato”, paralelos (e *de facto* superiores) aos canais políticos “oficiais”. No jargão espanhol da transição ditadura-democracia, incluía sobretudo as organizações empresariais, a igreja e o estamento policial-militar (NT).

¹⁴ Brais Fernandez e Raúl Camargo, Movimiento ‘anticapitalistas’: não nascemos nem morremos; nos transformamos, 29 de janeiro de 2015. Disponível em www.vientosur.info/spip.php?article9779.

¹⁵ Pode-se encontrar uma avaliação deste processo em Manuel Gari, “Les chemins de Podemos”, *Inprecor*, 611, janeiro de 2015, p. 5-8.

¹⁶ Nas regiões autônomas candidaturas críticas e pluralistas obtiveram bons resultados em lugares como Aragão, Madri, Navarra e Baleares.

projeto de “alternância” frente ao PP, fundado em um retorno impossível ao social-liberalismo e uma proposta de reforma constitucional diante do desafio da Catalunha, embora obrigado a manifestar sua disposição a fazer um pacto de Estado com o PP diante da ameaça de ruptura. A IU, a mais afetada pelo crescimento de Podemos, se acreditarmos nas sondagens, vive um processo de renovação de sua direção que afirma querer convergir com o Podemos, sem, no entanto, questionar aspectos de sua política institucional, como sua participação até recentemente no governo da Andaluzia ao lado do PSOE, ou ainda sua tolerância em relação ao governo do PP na Estremadura. É preciso, todavia, levar em conta uma certa recuperação eleitoral da IU, sob a direção de Alberto Garzon, com um discurso renovado, que se diferencia à esquerda em elementos programáticos centrais, frente à “ambiguidade calculada” do discurso político de Pablo Iglesias.

Outras forças políticas e sociais, de dimensão regional, devem ser levadas em conta em qualquer projeto de construção de um bloco social e político de amplas alianças ou, em casos localizados, de convergências com diferentes formações da unidade popular: é o caso de Bildu-Amaiur, candidaturas da Unitat Popular, Anova, Procès Constituant e sindicatos críticos e alternativos. É preciso ressaltar que as sondagens pré-eleitorais confirmam que na Catalunha, em Euskadi e em Navarra, Podemos conseguiu ocupar um espaço próprio, de característica amplamente transversal, que se diferencia do eixo nacionalismo espanhol/nacionalismos “periféricos”. Isto exigirá, em troca, que a direção de Podemos se defina mais claramente sobre a questão nacional e a reivindicação do direito a decidir – incluindo o direito à independência – em particular no caso catalão.

É preciso constatar por outro lado um refluxo da mobilização social, contido somente no ano passado pela intensa campanha do movimento feminista e de outras forças políticas frente ao projeto

de contra-reforma sobre a questão do aborto, ao qual do governo do PP teve finalmente de renunciar¹⁷, assim como as *Marchas da dignidade*¹⁸ que conseguiram reunir em Madri, em 22 de março de 2014, mais de um milhão de pessoas que exigiam “pão, trabalho, um teto e dignidade”. Além do caráter exemplar de lutas parciais como as dos trabalhadores da Coca-Cola e de certas empresas em crise, devemos reconhecer que a população concentra hoje sua atenção na frente eleitoral. Não será fácil dar ao progresso do Podemos, no nível eleitoral, uma contrapartida em matéria de tomada de poder popular nas ruas e nos locais de trabalho.¹⁹

Ganhar e governar?

A ascensão do Podemos nas sondagens²⁰ gera uma contra-ofensiva crescente dos poderes dominantes. Acusado de querer aplicar o “modelo venezuelano”, Podemos se vê desafiado a apresentar um programa de governo “realista” e é permanentemente acusado da

¹⁷ O governo anunciou, todavia, sua intenção de adotar um decreto-lei de reforma da atual lei sobre o aborto que obrigará menores de 16 anos que querem abortar a só o fazerem com o acordo de seus pais.

¹⁸ Trata-se de uma plataforma criada pela iniciativa do sindicato andaluz dos trabalhadores (SAT), em coordenação com outros sindicatos minoritários a nível nacional e algumas redes e assembleias originárias do 15M. As direções dos sindicatos majoritários permaneceram afastadas desta iniciativa ainda que no último momento tenham convocado à participação nesta jornada. O sucesso da mobilização foi, no entanto, afetado pela criminalização orquestrada pelo governo que se aproveitou dos violentos incidentes ocorridos no final da manifestação.

¹⁹ As Marchas da Dignidade convocaram uma nova jornada de mobilização sobre estes temas no dia 21 de março

²⁰ Uma sondagem publicada no dia 7 de fevereiro sobre as intenções de voto nas eleições gerais dão 27,7% ao Podemos, 20,9% ao PP, 18,3% ao PSOE, 12,2% aos Ciudadanos e 6,5% à IU. (<http://politica.elpais.com/politica/2015/02/07/actualidad/1423334171.html>).

falta de ética que ele mesmo critica, com a difusão de suspeitas de eventuais casos de corrupção em suas próprias fileiras²¹.

As eleições antecipadas de 22 de março para o parlamento autônomo de Andaluzia pesam sobre a perspectiva de ganhar as eleições gerais, na medida em que o PSOE se mantém como primeira força política nesta Comunidade, enquanto Podemos está ainda terminando seu processo de construção. Em maio serão realizadas as eleições municipais e para os Parlamentos Autônomos (exceto para as comunidades “históricas”), em 27 de setembro as do parlamento catalão e enfim, em novembro, as eleições gerais. Em cada uma delas Podemos estará no centro de todas as atenções e expectativas. Será então testada a sua capacidade de se constituir em força capaz de vencer e de formar um governo, frente ao PP, que quer acreditar na remobilização de seu eleitorado e na sua capacidade de ganhar o apoio de uma parte das classes médias mais dispostas a ver na “retomada econômica” atual, um início de saída da crise, do que entregar-se às incertezas que Podemos possa representar. Esta “retomada” por outro lado, não consegue esconder o agravamento das desigualdades sociais dos últimos anos e a situação de urgência na qual se encontra uma parte significativa da população²².

²¹ O caso mais grave, até aqui, é o de Monedero, dirigente do Podemos, acusado de ter fraudado o fisco ao transferir através de uma empresa *ad hoc* fundos provenientes de estudos realizados para governos como o da Venezuela, sendo esses fundos utilizados, em seguida, para financiar a Tuerka. As explicações de Monedero não foram suficientes para dissipar as dúvidas de uma parte dos seguidores do Podemos.

²² Vejamos alguns elementos recentes neste sentido: uma pessoa a cada quatro que quer trabalhar está desempregada; um desempregado a cada três não recebe nenhum benefício; um jovem a cada dois está sem emprego; 526 pessoas perderam suas moradias a cada dia em 2012 e, ainda são 120 na mesma situação em 2014; 2,3 milhões de crianças vivem no limite da pobreza; 13 milhões de pessoas estão ameaçadas de pobreza e cinco milhões estão em situação grave de exclusão; 1% da população detém 27% da riqueza e 10% monopolizam mais de 55%. (Javier

É preciso também levar em conta o avanço nas sondagens recentes de uma formação política já representada no parlamento da Catalunha, Ciutadans, que decidiu desenvolver-se em escala de Estado e se apresentar nas próximas eleições sob o nome de Ciudadanos. Ciutadans foi construído na Catalunha apresentando um discurso anti-catalanista, mas se afirmando igualmente contra a corrupção e pela laicidade. Pode-se caracterizá-lo como um populismo de centro-direita que defende no plano econômico um programa deliberadamente ambíguo, mesclando as medidas de luta contra a “exclusão social” a outras de tipo neoliberal e de rejeição à imigração. Não se pode excluir a possibilidade de que ele consiga se apropriar do eleitorado tanto do PP quanto de uma ala moderada do Podemos.

Na Andaluzia, a direção do Podemos decidiu apresentar sua própria lista nas próximas eleições – tendo como cabeça de lista Tereza Rodriguez, militante do Anticapitalistas –, e as sondagens lhe dão em torno de 16%, atrás do PSOE e do PP. Listas do Podemos surgirão nas eleições dos Parlamentos autônomos, mas na maioria dos casos, mesmo com um escore alto, Podemos não conseguirá governar sozinho, o que terá como consequência bem provável ter de situar-se na oposição.

Em relação às eleições municipais, Podemos decidiu não se apresentar como tal, mas contribuir, onde possível, para a formação de “listas de unidade popular” (e não de “união da esquerda”, que evoca uma simples adição de siglas). Para além das críticas suscitadas, esta orientação teve efeitos positivos, sobretudo nas grandes cidades, onde preexistiam dinâmicas unitárias originárias de setores vindos do 15M ou de mobilizações como as organizadas

Ayuso, Como cerrar la brecha, El País, 1º de março). Disponível em <http://politica.elpais.com/politica/2015/02/27/actualidad/1425068343.345245.html>.

pela Plataforma dos Atingidos pelas Hipotecas (PAH), mas também de outras formações políticas. É o caso da iniciativa Guanyem Barcelona, depois rebatizada *Barcelona en Comú* onde estavam reunidos o Procès Constituent, Podem, Iniciativa per Catalunya, Esquerra Unida i Alternativa e um amplo setor de militantes de vários tipos, com Ada Colau²³ como possível cabeça de lista. Um processo análogo poderia ocorrer em Madri a partir da plataforma Ganemos Madrid, impulsionada pelos setores originários do 15M e de diferentes movimentos sociais: um acordo já foi selado com Podemos para promover uma candidatura comum à prefeitura da capital sob a forma de um “partido instrumental” cujo nome ainda não foi definido. Outras experiências similares surgem em diferentes cidades e aglomerações, às vezes ocasionando tensões em particular com os partidos que se engajam, como a Izquierda Unida, que possui tensões identitárias internas.

Não é fácil fazer um prognóstico quanto aos resultados desses processos eleitorais em escala local, tendo em vista a diversidade das situações, das configurações políticas e das direções, mas podemos esperar que essas candidaturas ultrapassem o patamar que permitirá, mesmo que não obtenham a maioria, fortalecer-se e favorecer uma dinâmica mais participativa e plural que desempenhará um papel importante na evolução do Podemos frente às próximas eleições gerais. Dificuldades mais sérias surgirão nos parlamentos autônomos como em Navarra, por exemplo, em que o Podemos terá de escolher entre se aliar com Bildu (o que a equipe de Pablo Iglesias não apreciaria) ou permitir que a direita permaneça no poder nesta Comunidade.

Mais difícil ainda se anuncia a escolha que Podemos deverá fazer depois das eleições catalãs em setembro, esta escolha pode mostrar-

²³ Alda Colau foi, desde o início, uma das inspiradoras da PAH, antes de tornar-se a principal porta-voz do movimento até sua saída da plataforma em junho de 2014.

-se decisiva para que se deslanche uma maioria a favor de um processo constituinte próprio à Catalunha, ou ao contrário que esta aspiração seja freada... na espera de uma vitória do Podemos em nível de Estado, que autorizaria a organização legal de um referendo na Catalunha.

É preciso ainda, evidentemente, levar em conta a influência que os acontecimentos na Grécia podem trazer nos próximos meses. Todos os avanços do novo governo da Syriza na ruptura com as políticas de austeridade da Zona do Euro e na superação da catástrofe social que afeta o povo grego, serão percebidos como um estímulo para o desenvolvimento do Podemos. Ao contrário, qualquer recuo parcial, como aquele que acontece atualmente, será utilizado pelos partidos do regime, a começar pelo governo do PP, para mobilizar o eleitorado apresentando a experiência grega como a ilustração da impossibilidade de desafiar as ordens da “dettocracia”.

Portanto, não é evidente apostar em uma vitória do Podemos nas próximas eleições gerais que permitiriam formar um governo, se considerarmos os obstáculos crescentes que encontrará. Mas não há dúvidas de que esta formação poderá ter um papel chave para acabar com o atual regime bipartite dominante, ao abrir um novo ciclo político onde se coloca definitivamente como problema central a questão da reforma ou da ruptura com o regime e o austeritarismo.

Madri, 3 de março de 2015

Espanha: por que surgiu o 15-M e em seguida o Podemos?

Vicenç Navarro

Revista *Virus*, n. 6, novembro 2014

A tomada de consciência de que o Estado não representa os interesses da população, mas sim os interesses financeiros e empresariais entrelaçados, deu origem ao movimento dos Indignados. A maturidade desse movimento foi a causa do surgimento do Podemos.

Uma das percepções que o *establishment* político midiático (a estrutura de poder refletida nas instituições políticas e nos maiores meios de comunicação) do país promoveu com maior intensidade foi a de que a transição da ditadura para a democracia foi exemplar, pois, segundo nos dizem, passamos, sem maiores problemas, de uma ditadura a uma democracia, semelhante a qualquer outra democracia da região. Olhe-se como se olhar, é óbvio, no entanto, que a realidade contrasta com esta visão idealizada da Transição. A democracia espanhola é uma democracia de muito baixa qualidade, constantemente gerida e vigiada pelos poderes financeiros e econômicos, que marcam as agendas de comportamento das instituições chamadas representativas, definindo o que é aceitável ou não no discurso oficial do país e que determinam as políticas públicas dos partidos do governo. Há muitos indicadores desta baixa qualidade. O servilismo dos meios de comunicação em relação à Monarquia e à Coroa; a falta de diversidade ideológica desses meios, com uma clara discriminação dos autores críticos do sistema de poder (de

classe e de gênero) existente no país, com a quase ausência de meios de comunicação de esquerda; o sistema eleitoral, que produz instituições pouco representativas; a escassa capacidade redistributiva do Estado; a sua grande regressividade e a elevada fraude fiscal; a sua limitadíssima dimensão social, com uma grande pobreza das transferências (como as pensões) e serviços públicos do Estado do Bem-estar (como a segurança social e a educação); a sua elevada e massiva corrupção; a quase inexistência de formas de participação democrática direta, como os referendos; e a escassa democratização dos partidos, capturados por aparelhos que se eternizam, transformando a política numa politiquice entre elites partidárias. Todos esses fatos, e outros, mostram o enorme *déficit* democrático que há na Espanha, e que se deve a que, ao contrário do que indica a sabedoria convencional do país, não tenha havido nada de exemplar naquela transição. Na realidade, foi o oposto disso.

A democracia espanhola é uma democracia de baixa qualidade, constantemente gerida e vigiada pelos poderes financeiros e econômicos, que marcam as agendas de comportamento das instituições chamadas representativas. E, é lógico e previsível que não tenha sido exemplar, pois a Transição foi feita em termos muito desiguais. Num lado da mesa de negociação estava a direita espanhola (que em termos europeus era, e continua a ser, equivalente à ultradireita no leque parlamentar europeu), herdeira dos grupos e classes dominantes existentes durante a ditadura, que controlavam o Estado ditatorial e a maioria dos meios de informação e persuasão. Do outro lado da mesa estavam as esquerdas, que tinham liderado as forças democráticas e que acabavam de sair da clandestinidade, da prisão ou do exílio. Não era uma negociação entre iguais. Fez-se sob o domínio dos primeiros. Como consequência disso, não houve uma ruptura com o Estado anterior, mas sim uma abertura

daquele Estado para integrar predominantemente o PSOE dentro dele, graças a um sistema eleitoral que favorecia o bipartidarismo. A ausência de ruptura ficou plasmada no enorme domínio que a direita pós-franquista continuou a ter no aparelho do Estado. A maioria das elites dos diferentes ramos do Estado eram personagens profundamente conservadoras, quando não nostálgicos do regime anterior. Desde o sistema judicial até as instituições para-estatais, como as Reais Academias, havia um domínio das direitas ultranacionalistas espanholas em todos estes aparelhos, os quais se foram abrindo para receber e cooptar indivíduos pertencentes às esquerdas majoritárias dirigentes, estabelecendo um Estado bipartidário sob o domínio político e a hegemonia ideológica conservadoras. Uma característica deste domínio era a ideologia que o aparelho de Estado transmitia, definindo como utopia irrealizável, fantasiosa, demagógica ou qualquer epíteto pejorativo (dos muitos que a direita utiliza na sua narrativa vulgar e profundamente agressiva) qualquer política pública alternativa (fosse econômica ou social) que questionasse a sabedoria convencional promovida ao serviço dos interesses econômicos e financeiros que o tutelavam. A continuidade da estrutura de poder dentro do Estado e dos seus comportamentos foi avassaladora. Um sintoma disso é a permanência da corrupção e a sua grande extensão.

Quando surge o descontentamento com este estado de coisas?

As novas gerações que foram aparecendo questionam a escassa democracia existente na Espanha. O seu desejo não era só deixar a ditadura para trás, como tinham tentado as gerações anteriores, como também criar uma democracia bem mais desenvolvida, o que requeria uma ruptura ou uma transformação profunda das estruturas do Estado herdado da ditadura, ainda controlado pelas forças

conservadoras, que dificultam a realização deste desejo. Já para não falar que houve, no período pós-transição, mudanças significativas e notáveis que afetaram positivamente o bem-estar da população, estabelecendo-se o Estado do Bem-estar, incluindo, por exemplo, o Sistema Nacional de Saúde. Mas, o domínio conservador explica que este tenha continuado muito pouco financiado, sendo a Espanha um dos países com um dos gastos públicos mais baixos na área da saúde e um dos gastos privados mais altos nesta área, na UE-15. Na Espanha gastava-se e continua a gastar-se em segurança social, por exemplo, muito menos do que se deveria, considerando o seu nível de riqueza econômica.

O crescimento da conscientização das insuficiências do Estado (e muito em particular do Estado do Bem-estar) foi a par e passo com a tomada de consciência de que este não representa os interesses da população, mas sim os interesses financeiros e empresariais entrelaçados com o seu modo de atuação. Este casamento apareceu com toda a intensidade quando começou a crise, respondendo o Estado a ela com medidas não enunciadas nas promessas eleitorais dos partidos dirigentes. Esta foi a origem do 15M, que com os seus *slogans* definiu bem a natureza do problema. “Não nos representam”, “Não há pão para tanto chouriço”, “Chamam-lhe democracia e não é” e um longo etcétera. A maioria da população se identificou cedo com este movimento, chamado de “Os Indignados”, concordando com a sua denúncia do estado de coisas no país.

Esta reivindicação de uma autêntica democracia é hoje um ataque frontal ao *establishment* político e midiático que domina o país.

A maturidade desse movimento foi a causa do surgimento do Podemos, cujo *slogan* é um apelo à mobilização e à ação, com plena consciência do poder da população quando se mobiliza. Esta mobilização exige uma Segunda Transição, que consiste na plena

realização da democracia na Espanha e que passa não só por uma mudança profunda da via representativa (incluindo os partidos políticos), mas também por uma introdução e expansão da democracia, com o estabelecimento em todos os níveis do Estado (seja a nível central, autonômico ou local) de formas de democracia direta, incluindo referendos, que sejam a expressão do que se veio a chamar direito a decidir. Este direito tem de se basear no direito a eleger, com plena exposição de todas as sensibilidades políticas dentro de um leque midiático plural e autenticamente democrático. Esta reivindicação de uma autêntica democracia é hoje um ataque frontal ao *establishment* político e mediático que domina o país.

Esta exigência de democracia real é incompatível com as elevadas desigualdades em termos de riqueza existentes no país, umas das maiores na UE15. O abusivo poder dos bancos, por exemplo, sobre os partidos e sobre os meios de comunicação, limita, vicia e corrompe a democracia atual. Como também a corrompe a cumplicidade das elites financeiras e empresariais com os partidos políticos, principal causa da corrupção no país. É nesse campo que as reformas políticas deveriam ser realizadas. Essa corrupção é intrínseca à natureza do Estado herdado da ditadura, pois é o próprio Estado que protege esses interesses financeiros e econômicos à custa dos interesses gerais. As políticas neoliberais de austeridade e de reformas laborais regressivas impostas pelo Estado à população são um indicador disso. Tudo isto explica que, na Espanha, a pessoa que não esteja indignada é a que não sabe bem o que acontece neste país. Daí que o 15M tenha sido seguido pelo Podemos, que tenta canalizar esta indignação. E como era e, é previsível, a resposta do *establishment* foi a de defini-lo como um movimento utópico, com propostas “irrealizáveis”, “fantasiosas” e outros insultos, quando na realidade, a maioria são propostas

muito razoáveis e de senso comum. É um sinal da deterioração do sistema chamado democrático na Espanha, que o senso comum se tenha convertido numa força ameaçadora para a continuidade do sistema político midiático atual.

Podemos é o melhor instrumento para evitar uma nova transição “por cima”

Jorge Costa entrevista Miguel Urbán, fundador do Podemos e candidato ao parlamento europeu

Revista *Virus*, n. 6, novembro 2014

De onde vem Podemos, que experiências de movimentos e que componentes políticos lhe deram origem?

O Podemos é a expressão política de uma subjetividade construída nos últimos anos de conflito social e laboral na Espanha. Este é o tempo de um profundo desgaste do regime constitucional surgido em 1978, e dos seus sujeitos políticos. Esse conflito começou por expressar-se no movimento dos Indignados – desde 15 de maio de 2011 (15M) – e depois também em novas expressões de combatividade sindical em torno das Marés – as grandes manifestações setoriais, a maré verde pela educação, a maré branca pela saúde... – que obtiveram vitórias parciais. Este movimento acabou por procurar uma expressão política que possa transformar a indignação em poder político.

Nesta evolução do movimento social para movimento também eleitoral, o movimento *Stop aos Despejos*, da Plataforma de Afetados pelas Hipotecas, teve um papel de destaque. A iniciativa legislativa de cidadãos sobre habitação, que, entre outros objetivos, visava impedir a permanência da dívida depois da entrega da casa ao banco, foi derrubada no parlamento pelo PP e pelo PSOE. O fracasso desta iniciativa legislativa mostrou bem a necessidade de um novo instrumento político.

Assim, a gramática política do Podemos articula-se com o senso comum das pessoas mobilizadas, um senso comum progressista e de mudança, que é onde o Podemos vai beber. Estudos de opinião indicam um apoio de 70 a 80% da população às reivindicações vindas do movimento 15M. A Izquierda Unida não conseguiu representar esta maioria social e, agora, acabou-se o seu tempo. Os partidos do sistema perderam muita dessa gente e os novos partidos vindos de dentro do sistema (como a UPyD, de direita, ou o partido ecologista Equo) não bastaram para a recuperar. Pelo contrário, o Podemos consegue dar-lhe expressão política.

O surgimento de Podemos conseguiu responder a essa aspiração do movimento a uma expressão política, mas mantém-se uma certa indefinição programática.

Sim, temos um problema de programa. O da Izquierda Unida é certamente muito mais completo. Mas a IU é vista por muita gente como apenas “mais um partido”, na margem esquerda do sistema. A potência do Podemos é a abertura do processo e esta dinâmica de auto-organização algo descontrolada, a própria renúncia inicial ao estatuto de partido. Isto permite que seja visto como algo vivo, em construção, não estático. O programa é difuso, mas com algumas ideias muito fortes: 1) já basta, que decidam agora as pessoas, temos que agir diretamente: só o povo salva o povo; 2) os representantes públicos têm de dar o exemplo no seu mandato, com revogabilidade, rotatividade, transparência a todos os níveis, desde a salarial; 3) independência dos poderes económicos: só nos financiamos com as pessoas, não pediremos sequer créditos bancários; 4) não pagamento da dívida, mediante uma auditoria que aponte o que deve ser recusado e o que deve ser renegociado; 5) processo constituinte para a cidadania decidir: a questão não é de quatro maçãs apodrecidas – é o cesto que está podre. Outros

temas também estão presentes, da redução do tempo de trabalho à mudança de modelo produtivo sem o fetiche do crescimento do PIB.

Com esse perfil público, por que a recusa da “esquerda”?

O movimento 15M não se definia de esquerda ou direita e o Podemos não tem de fazê-lo. Pelo contrário, procurou evitar deixar-se classificar nas caixinhas habituais, sublinhando a clareza das suas propostas: que falta faz definir-se de esquerda ou direita se estamos claramente do lado da auditoria e do não pagamento da dívida? Ou contra o resgate dos bancos, ou contra a lei hipotecária? Quem nos ouvir perceberá que não somos do Partido Popular, mesmo se as sondagens indicam que um em cada sete votos do Podemos nas eleições europeias vieram do PP.

Uma parte da retórica do Podemos parece decalcada de processos populares da América Latina da última década e meia. Que importância tiveram essas experiências no lançamento do Podemos?

Os processos em andamento na América Latina interessam-nos como experiências de empoderamento popular e de erupção das massas na ação política. Não só esses, mas algumas das experiências das Primaveras Árabes também. Este interesse tomou proporções públicas enormes pela ação da direita midiática e dos partidos do sistema, que quiseram rotular-nos à esquerda, comunistas se possível, e simpatizantes das “ditaduras bolivarianas”, como lhes chamam. Mas também falamos da Islândia a propósito da desobediência à dívida, como da Finlândia sobre o sistema educativo, como do Syriza grego quanto à vontade de governar.

Como se deram os primeiros passos?

No verão de 2013 houve contatos informais que constataram um impasse e a necessidade de superá-lo. Num primeiro momento, o

objetivo era confrontar a Izquierda Unida (IU) com a possibilidade de um novo projeto unitário. Mostraram-se indisponíveis e convidaram-nos a irmos às urnas para nos medirmos em eleições. Assim foi.

Agora que se contaram os votos, quais são as possibilidades de convergência?

Todos os diálogos com a IU são possíveis e os canais são muitos, porque há grande proximidade, até pessoal, entre as duas forças. Mas é a IU que tem que saber o que quer, como pretende avançar a partir de agora. É verdade que para muita gente do Podemos a IU é “casta”, no sentido em que é entendida como parte do sistema. Mas, neste ponto, o coração do Podemos está partido, porque para muitos de nós as coisas não são tão simples. Há na IU gente muito honrada e trabalhadora, com quem convivemos no movimento social.

Não me resigno a que seja impossível abrir caminho a um projeto comum para transformar este país, mas uma aproximação tem que respeitar a cultura democrática na qual estamos a construir este projeto, passando por um referendo, por uma elaboração aberta do programa e por uma nova identidade etc.

Voltando ao início, em que consiste o núcleo de iniciativa do Podemos?

A minha organização, a Izquierda Anticapitalista (IA), disponibilizou-se a iniciar com outros um processo que transbordasse os nossos limites. Pelo seu lado, o Pablo Iglesias acrescentava um capital mediático que ele próprio construiu, de forma inteligente, como polemista nos meios alternativos e noutros, mas também uma rede universitária que foi um primeiro núcleo muito potente na comunicação pelas redes sociais. Pensamos que, entre estas experiências e uma pequena organização militante como a IA, a junção de esforços poderia ter resultados interessantes. Começamos a

fazer contatos de ampliação e a preparar o dispositivo comunicacional de lançamento.

Quando lançamos o manifesto para a constituição do Podemos, queríamos reunir 50 mil subscrições em duas semanas. Demorou um dia. Na primeira sessão, em janeiro passado, em Saragoça, a sala tinha 200 lugares, mas 600 pessoas já não puderam entrar e tivemos que nos reunirmos na rua, num simbólico “regresso às praças”. E nas semanas seguintes, os principais rostos do Podemos rodaram pelo país, realizando sessões e “criando” círculos Podemos.

A segunda fase foi de contato com diversos agentes políticos e sociais para uma alternativa política sob uma única condição – lista e programa decididos através de primárias. O programa resultou de um rascunho colocado *online* e aberto ao comentário de qualquer um; depois os círculos retomavam esse rascunho comentado e propunham emendas. Essas emendas foram também publicadas na internet e submetidas à votação *online*. Quanto à lista de candidatos ao Parlamento Europeu, depois de três semanas em que as pessoas se apresentaram às primárias, deu-se a votação, com a participação de 35 mil pessoas. Mais tarde, em julho, para eleger a comissão técnica encarregue de preparar o Congresso de novembro, já votaram 80 mil.

Em abril, fizemos o primeiro encontro presencial de círculos Podemos, apresentou-se a lista de 140 pessoas candidatas às primárias, elegeu-se um grupo de trabalho e lançou-se a campanha eleitoral. Fizemo-lo em Berlim e em Londres, numa iniciativa com “exilados econômicos” espanhóis.

Quais foram os recursos da primeira campanha, a das Europeias em junho passado?

Toda a campanha foi realizada com 120 mil euros. Recolhemos um pouco mais, mas fomos pão-duros! (risos). Eu fiz uma parte de

meus deslocamentos de campanha recorrendo ao blablar [[serviço online de partilha de viagens em automóvel privado]. Por minha conta, entre janeiro e maio, fiz 138 sessões do Podemos.

O *slogan* da campanha perguntava: *Quando foi a última vez que votaste com entusiasmo?* E, de fato, a campanha foi muito entusiasmante, com muita gente a envolver-se nas ações de propaganda em todas as terras. Começamos a perceber que gerávamos algo grande.

Como foi vivido o terremoto dos resultados eleitorais, que deram 10% e 6 eurodeputados ao Podemos?

Quatro dias depois das eleições, o rei abdicou, já depois de o secretário-geral do PSOE se ter demitido. O próprio presidente da confederação patronal, que umas semanas antes defendia a liberalização total das demissões, começou a falar da necessidade de realizar aumentos salariais nas empresas com lucros... Tudo isto é lido à luz do fenómeno Podemos, que ganha uma visibilidade midiática permanente e voz própria nos debates televisivos.

Quinze dias depois das eleições, com a “podemite” midiática ao nível da saturação – Podemos é Chávez, Podemos é ETA... – o *El País* teve de censurar uma sondagem que nos colocava como primeira força na intenção direta de voto.

Hoje, a reação do *establishment* parece oscilar entre a hostilidade total e uma certa “normalização” do fenómeno, que atribui a Podemos um possível papel de futuro aliado do PSOE numa reforma do sistema político.

É claro que há o risco de cooptação, de que o Podemos se transforme numa peça de recomposição do regime. É sintomático que alguns meios de comunicação tenham ventilado que a condição do PSOE para negociar com o Podemos – coisa que não pedimos – é que o partido expulse a Izquierda Anticapitalista.

Mas o Podemos é também o melhor instrumento disponível para evitar uma nova transição “por cima”, que atualize o sistema político sem tocar a questão social. Para conseguir vencer, a grande força atual do Podemos é também a sua fraqueza: a debilidade das estruturas partidárias.

O método de decisão por primárias tem sido objeto de críticas à esquerda. Entre outras, a de que favorece figuras midiáticas e, portanto, cria uma vulnerabilidade ao poder dos grupos de mídia, também a de que submete o programa à pressão da “opinião média” da sociedade, tipicamente mais recuada que a do partido. Qual é o efeito desse debate no Podemos?

Por mim, não tenho qualquer fetiche com primárias. O importante é estimular a participação das pessoas e ver qual será o melhor mecanismo para isso em cada momento. Alertamos muito, nas sessões do Podemos, para os riscos do sistema de primárias, mas penso que ainda são o melhor dispositivo para esta fase, porque abrem o processo. Mas estou consciente de que a visibilidade midiática é mais beneficiada neste processo do que a experiência do ativista político ou do movimento social. Depois, há a questão de criar um sistema de organização que permita o melhor convívio entre a participação individual *online* com a participação direta, cara-a-cara, em assembleias. Muita gente não participará em assembleias (e há também quem não o faça sequer *online*, por infoexclusão), mas nós queremos contar com o seu apoio e a sua opinião. A filiação é por entrada e saída *online*, que pode ser decidida e revertida a qualquer momento, sem existência de quotas, apenas contribuições voluntárias.

Mas, talvez mais do que “quem vota”, a questão é “quem propõe”, quem faz as perguntas. Aqui tem mais poder e influência a presença física dos círculos e do Conselho Cidadão (direção nacional) eleito.

De resto, a participação *online* é para grandes decisões centrais, na vida cotidiana continuaremos a funcionar em assembleias.

No lançamento do Podemos foi apresentado o manifesto *Mover Ficha*, que desenha as linhas essenciais. A partir daí, há um grande trabalho político, uma batalha para manter o senso comum dominante entre quem participa neste processo num campo progressista e transformador. Este senso comum resultou do movimento 15M, onde se estabeleceu uma contraposição forte entre os de cima e os de baixo. Daí a importância da participação física em assembleias.

Há uma clara repolitização da sociedade espanhola

*Depoimento de Teresa Rodríguez,
professora e eurodeputada*

Revista *Virus*, n. 6, novembro 2014

A formação do Podemos implicou uma reflexão acerca da correlação entre programa e discurso e da necessária pedagogia para corresponder aos níveis de consciência da maioria social.

No debate programático, os ativistas políticos e do movimento social tiveram um papel fundamental, introduzindo no rascunho do programa as reivindicações essenciais das lutas destes sete anos de crise, configurando um programa político aceitável para qualquer anticapitalista.

Quanto aos elementos-chave do discurso público do Podemos, eles são, em síntese: não queremos ser uma colônia alemã; a luta é entre “a casta” e “as pessoas”; o eixo não é esquerda-direita, mas entre os de cima e os de baixo. Este senso comum, não sendo anticapitalista, é potencialmente anticapitalista. Sabe que os bancos roubam e que a corrupção é uma forma de governo e não um conjunto de episódios marginais. O debate situa-se hoje em como desenvolver o discurso sem colocar em causa o programa.

A questão do método pode ser a mais problemática, até mais que o discurso. Há um Podemos referendário, por sucessivas decisões através da internet, um Podemos de especialistas, que tecnifica a política e cria uma diferenciação para além dela.

Em grande medida, os Círculos Podemos absorveram as expressões locais do movimento social, o que comporta um perigo de secundarização da mobilização e das formas de auto-organização social diante do combate eleitoral. O que parece simples no discurso dos ativistas radicais – a necessidade de compatibilizar e conjugar ação social e presença institucional, presença partidária e presença de movimentos – é muito complicado na prática.

Há uma clara repolitização da sociedade espanhola e uma enorme esperança no processo do Podemos. No final do verão já havia mais de 100 mil inscritos e mais de mil círculos com reuniões regulares e atividades. Nas sondagens, em novembro, o Podemos ultrapassou o PP e o PSOE. Diante deste terremoto, o PP tem defendido a mudança da lei eleitoral autárquica, com vista à eleição separada do prefeito.

Medo do Podemos

Manuel Gari¹

Revista *Virus*, n. 6, novembro 2014

É significativo que a maior parte dos artigos sobre as posições econômicas dos partidos sejam sobre as do Podemos, uma força que hoje em dia está longe de poder governar em La Moncloa.

Até parece que os comentadores não têm nada para dizer sobre o programa econômico dos grandes partidos do consenso constitucional espanhol e europeu. E, o que é mais grave, parece que os analistas e tertulianos dão primazia à crítica ao Podemos (programa utópico, inviável, perigoso etc.) sobre a análise e resposta aos problemas econômicos e sociais do país.

Dardos envenenados

Por que tanta aversão contra medidas que, uma a uma, não põem formalmente em causa o sistema capitalista? Porque elas implicam um ataque ao centro de gravidade do capitalismo realmente existente e abrem uma via de confrontação, na qual, a partir de reivindicações e alternativas elementares, é bem possível que a grande maioria da população acabe por questionar o sistema.

¹ Manuel Gari é economista e ativista social, dirige a cátedra Trabalho, Ambiente e Saúde da Universidade Politécnica de Madrid. Artigo publicado em *Viento Sur*. Tradução de Luís Branco.

O discurso midiático do Podemos antes e durante a campanha eleitoral centrou-se na denúncia dos grandes partidos do regime da reforma de 1978. Tanto o bipartidarismo como o próprio edifício constitucional começaram a perder credibilidade aos olhos das novas gerações, como ficou evidente a partir do 15M. O fim da casta permitiu de forma elementar e simples centrar a crítica nos políticos ao serviço da oligarquia econômica e financeira do país. Embora o discurso da casta tenha centrado a ira dos defensores do *status quo* (que têm feito críticas confusas ao “populismo”, no caso dos articulistas da esquerda convencional ou ao “esquerdismo antissistema” por parte dos porta-vozes da direita), a maior parte das propostas programáticas do Podemos passaram sem grande polémica, exceto as que se referem às questões econômicas. Isso não acontece por acaso: elas estão no centro da crítica e da alternativa ao projeto neoliberal europeu e espanhol.

Os ataques midiáticos do *establishment* têm dois objetivos: 1) desqualificar as posições do Podemos e 2) tentar dividir a opinião no seio da organização, procurando atemorizar algum dos seus componentes para que siga o caminho do senso comum majoritário da economia neoliberal. E duas são, também, as questões em que a pressão é muito forte e vai aumentar: 1) a afirmação do Podemos sobre a necessidade de robustecer as receitas do tesouro mediante uma reforma fiscal progressiva e a perseguição da fraude, e 2) a constatação da impossibilidade de pagar a dívida pública e a dívida hipotecária de grande parte das famílias e, portanto, a necessidade de realizar uma auditoria que determine qual é a parte legítima da dívida soberana e, em que condições e, por outro lado, a necessidade de um novo quadro regulatório das hipotecas bancárias sobre as habitações com critérios de qualidade.

Os adversários políticos e midiáticos do Podemos, da direita e do “centro” social liberal – todos eles porta-vozes orgânicos do

capital – levam a cabo a tarefa preventiva de desprestígio das propostas do Podemos, precisamente para evitar a sua consolidação enquanto alternativa que ponha em causa o consenso do artigo 135º da Constituição e restantes dogmas do regime de 1978 e do sistema capitalista.

Sete pontos sobre o debate em curso

Uma consideração prévia. Há excelentes trabalhos técnicos que, com números na mão, destroem as falácias: isto é necessário. Mas é ainda mais necessário que fabriquemos ideias fortes, pois o debate não é apenas técnico, mas ideológico: Que tipo de sociedade? Que relação entre os seres humanos? E, sobretudo, é resolvido no plano político. Que fazer ante a crise? Que modelo económico? Que modelo social?

Primeiro: O programa económico do Podemos é aperfeiçoável, tem lacunas de proposta, mas é bem claro que não combina com o neoliberalismo. Não é um programa clássico de ação (para reivindicar e lutar), nem é um programa de governo acabado. Mas serve e muito para avançar, porque levanta as questões necessárias do momento de forma compreensível pelas pessoas aqui e agora.

Segundo: Convém sublinhar que em todas as críticas ao programa económico do Podemos convergem, junto aos argumentos contrários mais ou menos fundamentados, os seguintes elementos: a) nunca se apresenta a medida criticada no quadro do conjunto de medidas propostas pelo Podemos (analisam uma a uma sem as relacionar); b) a argumentação crítica não aborda a necessidade, pertinência ou consistência das propostas do Podemos, mas a sua inviabilidade com um argumento recorrente: “os mercados não as aceitam”; c) as propostas – por muito simples e pouco “subversivas” que sejam – são apresentadas como radicais ou mesmo de antieuropeias, quando a maior parte das mesmas não questionam a priori o

capitalismo; d) todos eles anunciam grandes desgraças econômicas e sociais, mas também políticas, ao tentar implementar-se as medidas que o Podemos propõe.

Terceiro: Por que tanta aversão contra medidas que, uma a uma, não põem formalmente em causa o sistema capitalista? Porque elas implicam um ataque ao centro de gravidade do capitalismo realmente existente e abrem uma via de confrontação, na qual, a partir de reivindicações e alternativas elementares, é bem possível que a grande maioria da população acabe por questionar o sistema. Nisto radica a sua carga anticapitalista. E, é isto que temem os tertulianos e escribas.

Quarto: As críticas contra as propostas econômicas do Podemos recordam cada vez mais aquele argumento de Felipe González: se não entrarmos na NATO saímos do mundo ocidental, não poderemos fazer parte da CEE (hoje UE), haverá um retrocesso social e um retrocesso político... nessas condições: quem governará contra a NATO? E o que fica claro é que o limite de sensibilidade do sistema ante propostas de mudança, por muito modestas que sejam, é extremamente baixo e os alarmes disparam só com um espirro. Dito de outra forma, as nossas propostas são corretas e a prova é que perturbam o inimigo.

Quinto: A forma de argumentar dos economistas neoliberais e social-liberais parte da negação do papel proeminente do trabalho na cadeia de valor e esquece a existência do sobretrabalho. Embora conheçam a existência de diversas classes de rendimentos, não têm em conta que a única fonte de todo o tipo de rendimentos é o trabalho incorporado pelos produtores de bens e serviços. Pelo contrário, defendem a falácia de que o lucro “move” a roda econômica.

Consideram o lucro como a fonte de investimento e o investimento privado como o criador exclusivo de emprego. Cada vez que afirmam que só existe uma economia e um comportamento

econômico possíveis, velam pela existência de um modo de produção específico, filho da história e portanto perecível: o capitalista. As suas análises menosprezam a existência das relações de produção e esquecem o conflito de classes.

Sexto: Consequentemente, os neoliberais concebem a ação política não como esforço coletivo democrático a favor da maioria, mas como a garantia da realização do lucro do capital e da desregulação dos mercados.

Sétimo: Os fundamentos ideológicos do pensamento econômico neoliberal no momento de atacar a intervenção pública, favorável ao avanço dos direitos sociais, são descritos por alguns autores mediante as teses da perversidade, a futilidade e o risco, nas quais me baseio para fazer as seguintes reflexões:

- Tese da perversidade: toda a atuação política deliberada para melhorar a situação social, econômica e política vai piorar a situação de partida. De nossa parte poderíamos acrescentar que, portanto, só se promovem ações que, como a Reforma Trabalhista ou o resgate bancário, vão no sentido contrário à melhoria. Lembrem-se do argumento de Rajoy de que não se pode ir contra o que foi feito pelo seu governo porque “os problemas agravar-se-ão”.
- Tese da futilidade: as reformas socioeconômicas são inúteis porque a economia e a sociedade se regem por leis imutáveis. *Laissez faire*, mas enquanto isso, eu acrescento, as reformas, numa mera petição de princípio ou de profecia autocumprida, devem ir no mesmo sentido dessas leis imutáveis para que efetivamente possam emergir e funcionar sem entraves “políticos”. É nisto que se baseia o repetido *slogan* de Rajoy, “não há outra solução” ou “não há alternativa”.

- Tese do risco: O custo de qualquer melhoria social é maior que o que se consiga com ela, pois o risco de desestabilizar as conquistas (de quem?, devemos perguntar...) é muito alto. Convém citar novamente o inefável Rajoy: “Não podemos pôr em risco o que foi conseguido até agora”.

Quem fracassou foram eles

São as suas ideias que estão obsoletas. Mario Draghi, o *factotum* do BCE, acaba de aprovar umas medidas que desmentem grande parte dos fundamentos da política monetária seguida pela UE desde há décadas e que foi uma peça chave do austericídio, e a OCDE acaba de descobrir que a queda salarial impede o relançamento económico. As suas verdades desfazem-se. Por isso, é necessário perseguí-los com as nossas ações e as nossas palavras. Há assuntos que os liberais nunca falam e que devemos exigir que se definam. E que se molhem:

- a) Que modelo propõem para sair da crise? Que expliquem e apresentem sem eufemismos o que isso implica para salários e lucros.
- b) Como sair do ciclo infernal depressão da despesa pública/depressão salarial/depressão da procura agregada? O que fazer ante o superendividamento de empresas e famílias que por seu lado não querem continuar a endividar-se nem com dinheiro barato, superendividamento que é uma das principais causas da estagnação da procura e, portanto, da estagnação económica?
- c) Que modelo de crescimento propõem a seguir ao que assentou na bolha imobiliário-financeira? Que modelo produtivo, ou melhor, que modelo de produção em substituição do fracassado e lesivo? Que setores produtivos devemos potenciar? Que fa-

- zer com os setores de menor valor acrescentado? Como evitar o *déficit* comercial originado pelas importações de petróleo e gás?
- d) Que fatores configuram a produtividade? Que fatores configuram a competitividade? Apenas a quebra salarial? Nesse caso há que discutir o principal: a produtividade do trabalho de quem menos depende é do trabalho (esforço e inteligência) que fazem os trabalhadores, que está determinado pelos equipamentos de que dispõem e pela organização do processo produtivo. Não confundir nunca produtividade com competitividade e esta com uma mera baixa dos custos (são muitos os países da OCDE que exemplificam isto). Há que dizer que é rotundamente falsa a ideia que a diminuição dos salários, das condições de saúde e segurança e o agravamento do horário de trabalho ou das modalidades de contratação facilitam a criação de emprego. E há que desmentir ainda mais rotundamente que sejam incentivos motivadores das classes subalternas.
- e) Como evitar que a dívida soberana continue a aumentar? Cortou-se a despesa pública e a dívida pública segue disparada e em progressão. Por que os Estados só podem recorrer aos mercados para financiar as suas necessidades? Por acaso o endividamento para o futuro é a única forma de financiar as necessidades das administrações? O *déficit* e a dívida não têm relação com a desfiscalização das finanças, que perdem receitas a passo de gigante? Por que a dívida pública só pode ser colocada nos mercados financeiros? Por que não se podem financiar os estados e todo o resto da administração diretamente junto da Banca Pública e em particular no BCE? Por que o BCE, que alimenta os seus fundos de contribuições públicas, financia planos bancários privados que, por sua vez, atuam como entidades financiadoras das necessidades das administrações?

- f) Por que é dada prioridade aos impostos indiretos – que para além de não serem, na grande maioria, equitativos, acabam por ter um efeito depressivo em situações de crise – em vez dos impostos diretos, que incidem sobre os rendimentos, em particular os lucros e a riqueza patrimonial que representa a acumulação de rendimentos ou a sua herança?
- g) Por que os cortes na Segurança Social acabarão por se traduzir numa quebra do custo da mão de obra? Poder-se-iam manter os atuais salários diretos sem uma pressão de alta, caso sejam eliminados os salários indiretos (“eles” chamam-lhes custos pagos pelas empresas), ou dito de outro modo: com os mesmos salários de hoje cobrados na folha de pagamento e sem o resto dos itens que o formam, mais a parte correspondente ‘a empresa’, poder-se-iam cobrir os custos médicos em caso de doença, as pensões de amanhã, as baixas por acidentes, já para não falar da formação profissional contínua e ocupacional ou as prestações de desemprego? Não. Não com o atual modelo fiscal. É possível, mas só na condição de aumentar muito os impostos e rompendo o sacrossanto princípio da tributação espanhola que impede a atribuição do imposto a um fim específico *a priori* da elaboração dos Orçamentos de Estado. Para nós, os custos do trabalho associados à Segurança Social formam parte do salário de forma inabalável.

Deixemo-nos de complexos e digamos-lhes na cara: para além de antissociais, sois um bando de ineficazes. Deixemos de nos refugiar à defensiva na propaganda generalista e entremos no terreno das alternativas favoráveis às classes trabalhadoras, ao povo.

Bloco de Esquerda

Bloco de Esquerda em Portugal – nem Syriza, nem Podemos

Alda Sousa, fundadora do Bloco de Esquerda, membro de sua direção e deputada europeia entre 2012 e 2014

Revista *Contretemps*, n. 25, abril de 2015

O Bloco de Esquerda significou uma imensa esperança e mudou completamente o mapa político da esquerda em Portugal. Desde 2011, o Bloco sofreu derrotas eleitorais e perdeu influência. Não se trata de um processo acabado, o Bloco está vivo, tem peso cada dia maior na situação política e nos combates cotidianos.

Este artigo revisa brevemente o processo de fundação, as proposições políticas e o perfil do Bloco, sua afirmação política, sua política de convergência e de ampliação, mas também discuti as dificuldades atuais, seus desafios estratégicos (a questão da União Europeia) e táticas (alianças).

Desde o último ano, dado o sucesso do Syriza já nas eleições para o parlamento europeu e a irrupção do Podemos, no Estado Espanhol, muitos em Portugal, dentro e também fora do Bloco, se interrogam e nos questionam: por que o Bloco não é Syriza nem Podemos?

Mesmo que possa haver situações similares no que diz respeito à ofensiva do capital financeiro e das medidas de austeridade, a formação de partidos políticos da esquerda radical prende-se à própria história de cada país e a suas especificidades nacionais: formação social, história do movimento operário e dos movimentos sociais,

relações de força concretas, natureza de outras formações políticas... Ainda que esta paisagem não seja imutável.

É, portanto, em um quadro nacional concreto que se desenvolve a experiência do Bloco de Esquerda, com seus avanços e recuos, suas dificuldades atuais. Poderíamos lembrar que em 2009, quando o Bloco conseguia 10% dos votos nas eleições europeias e obtinha três deputados, o Syriza não conseguia eleger nenhum. Para a “pequena história”, naquela época, um dirigente do Syriza filiou-se ao Bloco, a situação na Grécia lhe parecia não andar tão depressa.

O Bloco apresenta também diferenças fundamentais com a experiência do Rifondazione italiano: a direção histórica do Bloco sempre recusou a ideia de participar de um governo do partido socialista. Não é, portanto, pelo fato de acomodar-se às instituições que o Bloco perdeu influência. Pelo contrário, houve cisões no Bloco por parte de grupos de militantes que consideravam que a direção queria permanecer como um partido de protesto e de não querer chegar ao poder (com o PS).

Sem querer apresentá-lo como modelo, vale a pena demorar mais sobre a singularidade de seu processo de formação, e como isto definiu sua intervenção política.

Um partido heterodoxo no seu processo de formação e sua cultura política

O Bloco nasceu de uma necessidade de refundar a esquerda, de ser uma alternativa ao Partido Socialista (PS) e ao Partido Comunista (PCP). O manifesto fundador se chamava “Começar de Novo”. Em 1999, a decisão das organizações que criaram o Bloco não era de fazer uma coalizão eleitoral (que teria permitido eleger alguns, mas que seria um projeto pouco ambicioso), nem uma fusão de organizações (não havia suficientes afinidades ideológicas para

isso). Era um processo muito peculiar, de constituição de um partido heterodoxo.

A escolha inicial foi a de criar uma nova força política que não estivesse baseada em afinidades históricas ou ideológicas, mas em uma compreensão comum da situação política, tanto a europeia quanto a nacional, sobre o papel do capitalismo e do imperialismo, a importância dos movimentos sociais e sua autonomia, e portanto sobre um acordo em torno de confrontos políticos que estavam à frente. Isto permitiu desenhar um projeto estratégico: o combate contra um modelo de desenvolvimento e de modernização conservadora, baseado sobre baixos salários e desigualdades sociais profundas, o reconhecimento da importância dos movimentos sociais em luta e de sua autonomia, e o combate pela alternativa socialista.

O Bloco representou, portanto, um espaço de convergência de correntes de diferentes tradições, mas também de muitos militantes sociais e políticos que não eram filiados a uma organização. O projeto não era reconstituir uma extrema esquerda reciclada, mas criar uma nova esquerda portadora de nova esperança, aberta não apenas a militantes das três organizações constituintes, mas a todos aqueles que quisessem fazer parte do mesmo combate.

Desde o início, a filiação ao Bloco se faz a título individual. Cada militante das organizações fundadoras se inscreveu no Bloco. Foi fundamental a adesão de muitos independentes, ativistas sindicais, movimentos sociais, intelectuais. Durante os primeiros seis ou oito anos, houve um acordo (não escrito) para que a direção nacional, eleita em congresso, fosse composta por metade (quarenta em oitenta) de militantes que não viessem de nenhuma das organizações fundadoras; no que diz respeito à outra metade, ela foi dividida em três.

As organizações continuaram a existir, mas se transformaram em associações políticas. Mas o Bloco absorveu o espaço político

de cada uma das organizações e o “segredo” de seu sucesso foi a construção de uma nova direção política que não era de modo algum um cartel das direções de seus componentes, mas uma direção política forte para um partido que queria ter peso na política e criar uma maioria. Uma direção política capaz de fazer a síntese das diferentes posições e experiências.

A presença no parlamento jamais foi concebida como um setor de intervenção entre outros. Era “nossa guerra de movimento e não de posições”, como explicou Francisco Louçã, o principal porta-voz do Bloco de 1999 a 2012, e seu coordenador nacional entre 2005 e 2012. O parlamento foi a cena de confrontos políticos de alta intensidade, sobretudo entre Louçã e os primeiros ministros (que são obrigados a ir ao Parlamento a cada duas semanas), notadamente com Barroso ou com Sócrates, isto imprimiu ao Bloco um perfil de combatividade muito diferente daquele do PCP, muito mais institucional e afável, e também permitiu popularizar as posições do Bloco.

Mas o parlamento também serviu para fazer passar leis importantes. De fato, o primeiro projeto de lei apresentado pelo Bloco, em 2000, foi àquele que classifica como crime a violência contra as mulheres – e este projeto se tornou uma lei da República aprovada pelo parlamento. É certo que isso não colocou um fim à violência de gênero, mas sem o Bloco de Esquerda tardaria a ocorrer a tomada de consciência sobre isso que era visto como algo que fazia parte da vida privada. Em consequência, o Estado e suas organizações sociais precisaram se organizar para responder à situação: criação de casas-abrigo, linhas telefônicas SOS, formação de especialistas (advogados, psicólogos e mesmo policiais) para acompanhar as vítimas, entre outras medidas.

Nenhuma saudade da URSS e nenhuma tutela sobre sindicatos e movimentos

O Partido Comunista Português (PCP) é um caso particular na história dos partidos comunistas europeus. Atravessou todo o período da ditadura (1926-1974) como um partido que resistiu à repressão, à prisão e à tortura. Ao fim dos anos 1960, outras organizações se formaram (maoístas e outras), mas quando da queda da ditadura o PCP se apresentou como o único herdeiro da luta contra a ditadura, organizando muitos quadros operários e sindicais. Ele participou de vários governos que se formaram logo depois da queda da ditadura.

É verdade que no parlamento em 95% dos casos, PCP e Bloco votam na mesma direção, salvo quando se trata de política externa (Angola, China), das corridas de touros (muito populares no sul do país, onde o PCP está à frente de muitas prefeituras) ou de leis sobre a exigência democrática com relação ao sistema político (o PCP rejeitou a lei de limitações de mandatos executivos nas prefeituras, ou a paridade nas listas eleitorais). Do ponto de vista das relações internacionais, o único ponto de convergência é o fato de que o PCP e o Bloco pertencem ao mesmo grupo no Parlamento Europeu, a GUE/NGL.

A crise e a política de austeridade agressiva da troika, porém, reforçaram as convergências sobre os temas mais presentes no debate público. A rejeição não apenas da autoridade, mas da camisa de força dos tratados e dispositivos europeus é largamente compartilhada (com a ideia de que o pacto orçamentário significa a austeridade perpétua). Mas existe um fosso de culturas de intervenção política, o PCP concebe os sindicatos e movimentos sociais como uma corrente de transmissão, com sua agenda devendo ser subordinada à do partido. Além disso, hoje os sindicatos representam apenas aqueles que ainda têm um posto de trabalho, enquanto que a maioria da

classe trabalhadora é formada de precários e desempregados, que não pertencem a nenhum sindicato e que frequentemente não encontram formas de representação nas organizações existentes. Por sua parte, o Bloco tenta criar uma estratégia de convergência entre as lutas dos trabalhadores, que inclui as expressões autônomas dos precários, com vistas a se opor à fragmentação da luta, à precarização das relações de trabalho, e à invisibilidade dos setores periféricos (cada vez mais majoritários) da força de trabalho.

O exemplo que talvez ilustre melhor essas diferenças, em termos da estratégia frente aos movimentos sociais, é a tática concreta quando do referendo sobre o aborto em 2007. De início o PCP se opôs à ideia de um novo referendo (no Parlamento, votou contra), com o argumento de que o Parlamento tinha o poder de mudar a lei, o que era juridicamente verdadeiro mas também politicamente errado. Pelo contrário, o Bloco se bateu por uma campanha de assinaturas com o objetivo de permitir ao Parlamento discutir a convocação de um novo referendo. De um lado, como o Não tinha vencido no referendo de 1998, era preciso reverter isso com uma vitória no mesmo terreno. Por outro lado, um referendo tornaria muito mais difícil, até impossível, uma mudança da lei em outra direção. E, sobretudo, uma campanha para descriminalizar o aborto poderia permitir contatar milhares de pessoas no país inteiro.

Quando o referendo foi anunciado, PS militantes do Bloco se engajaram a fundo em novos movimentos abertos e plurais (Médicos pela escolha, Cidadania e Responsabilidade, Eu voto Sim, Jovens pelo Sim etc.). O Bloco, enquanto partido político, também fez campanha, principalmente nas regiões do país em que o Não havia vencido em 1998. Em troca, o PCP escolheu limitar-se a um movimento que já existia, e fazer sua campanha com seus sindicatos e seu movimento.

No ciclo das mobilizações iniciado em 2011 em Portugal (como em muitos outros países do sul da Europa, mas também nos Estados Unidos e América Latina), o PCP se distanciou das primeiras manifestações de rua (12 de março de 2011), que eram realizadas por jovens que não pertenciam a uma organização política. O Bloco, por seu lado, desenvolveu uma relação de solidariedade com as mobilizações, os sindicatos organizaram importantes manifestações e greves. No período 2010-2013, Portugal conheceu cinco greves gerais, um número equivalente à totalidade das greves gerais ocorridas entre 1974 e 2010. Porém, a mais importante novidade foi a emergência, na cena política, dos “cidadãos não organizados”, que ocuparam as ruas respondendo aos apelos das plataformas unitárias contra a troika (*Que se Lixe a Troika* – QSLT). De fato, se as manifestações convocadas pelos sindicatos eram combativas, elas mobilizavam os setores já esperados, enquanto que as que respondiam às convocações abertas do movimento QSLT (notadamente o 15 de setembro de 2012 e 2 de março de 2013) superavam o milhão e meio de manifestantes. Era um novo polo político que emergia, capaz de mobilizar milhares e milhares de pessoas que não iam nunca a uma manifestação sindical, mas que estavam na rua dentro do quadro de mobilizações abertas. Cada vez que conseguimos criar iniciativas a partir das plataformas abertas, sem nenhuma tutela dos partidos, se avançou e até mesmo se conquistaram algumas vitórias, ainda que parciais.

Neste processo, mudou a posição do PCP, que era inicialmente hostil a essas dinâmicas consideradas “inorgânicas”. A partir de 2012, no momento das grandes manifestações contra a troika (QSLT), sobretudo em 2 de março de 2013, o PCP chegou a apoiá-las, apesar de sua aversão “natural” para tudo que é *inorgânico*. Nas vésperas do 15 de setembro, o secretário geral da CGTP falava de

uma convocatória de grupos muito inorgânicos, mas no dia da manifestação ele esteve presente. Para o 2 de março, foram os aparelhos do partido e dos sindicatos que se engajaram. Mas esta dinâmica foi interrompida em 2014, e até o presente não foi reeditada.

Efetivamente, o PCP adotou globalmente uma atitude tendencialmente defensiva. Trata-se a cada momento de manter aquilo que já se ganhara (de onde a centralidade da “defesa da Constituição”). Atitude que tem consequências não negligenciáveis com relação às políticas unitárias.

Pelo contrário, ao invés de disparar iniciativas autoproclamadas, o Bloco tentou colocar a si mesmo a questão: quem poderia ser mobilizado, que ainda não foi? É toda uma outra cultura de intervenção e de ação política. Mesmo que não tenha conseguido continuar esse ciclo de mobilizações, o período 2011-2014 foi, do ponto de vista social, o mais turbulento desde a Revolução, com as mais importantes mobilizações de rua, para as quais os ativistas do Bloco desempenharam um papel central.

Convergir, ampliar, lutar pela hegemonia social e política

Nas eleições europeias e legislativas de 2009, pela segunda vez na história, uma força de esquerda radical superava o PCP (a primeira foi nas presidenciais de 1976, quando Otelio Saraiva de Carvalho, apoiado pela maioria da extrema esquerda, havia conseguido 16,5% dos votos, contra 7,6% do candidato do PCP).

Contudo, mesmo nesse momento excepcional, o PCP e o Bloco representavam apenas 20% do eleitorado. Ou seja, atrair uma parte da base do PS continuava a ser uma prioridade. Em 2009, o Bloco atinge seu pico eleitoral, com três deputados europeus (11%) e 16 deputados no Parlamento nacional (10%), com uma representação regional que não se reduzia mais aos grandes centros de Lisboa,

Porto e Setúbal. O resultado do Bloco impediu o PS de ter a maioria absoluta. Era o resultado de um confronto político de alta intensidade durante a legislatura do governo socialista (Sócrates) de 2005 a 2009, mas também da inteligência tática para tomar iniciativas unitárias com dirigentes críticos do PS.

De fato, muitos simpatizantes do PS se identificaram com o Bloco e suas proposições contra a austeridade, em defesa da escola pública, contra as privatizações. No parlamento, há um grupo de deputados socialistas em torno de Manuel Alegre (um dirigente histórico do PS que tinha sido candidato presidencial em 2006 e tinha conseguido 21% dos votos, contra 14,3% para Mario Soares, o candidato oficial do PS) que votam com o Bloco contras as iniciativas do PS (orçamento, lei do trabalho, recusa das privatizações). Alegre faz discursos muito fortes contra o PS, contra a degradação dos salários. Há um caminho comum que se abre e uma crise se instala no PS. Esse setor crítico do PS organiza com o Bloco dois grandes fóruns muito abertos (um sobre a democracia e a esquerda e o segundo sobre os serviços públicos) que reuniram centenas de independentes de esquerda e da esquerda do PS.

Quando Manuel Alegre decide se candidatar de novo à presidência, em 2011, o Bloco o apoia. Durante alguns meses, o PS não define seu candidato. Torna-se claro que ninguém no PS quer enfrentar Alegre. Mas Alegre não era tampouco o candidato desejado pela direção do partido. O PS acaba por apoiar Alegre, que consegue 20% dos votos. Esta absorção da esquerda do PS pelo seu aparelho teria consequências. O fato de o Bloco ter apoiado Alegre nas eleições de janeiro, que tenha havido uma sucessão de pactos de “estabilidade e crescimento” que incluem medidas de austeridade, face às quais Alegre teve uma posição ambígua, impediu um distanciamento suficiente de sua candidatura dian-

te do governo PS. O fato de que o Bloco tenha apresentado ao Parlamento, em 10 de março, uma moção de censura ao governo PS, depois da eleição presidencial e em relação às medidas de austeridade, foi percebido como algo contraditório e confuso pela base do PS que se queria atingir. Ainda hoje, a queda do governo socialista é atribuída, pelo discurso oficial do aparelho do PS, a uma suposta “coalizão negativa” entre a oposição de esquerda e a direita, contra o Partido Socialista.

Os anos da troika e do Tratado Orçamentário

Em março de 2011, Jose Sócrates, primeiro-ministro do governo socialista, apela à troika (FMI, BCE, e Comissão Europeia) para “financiar” o país, sob o pretexto de que no final de abril não haveria mais dinheiro para pagar salários e pensões. Pouco importa que isso se tenha revelado completamente falso. A mentira estava disseminada na sociedade portuguesa. O memorando da troika foi assinado pelo PS, o PSD (partido conservador) e o CDS-PP (democratas cristãos) em maio de 2011, enquanto que as eleições legislativas antecipadas seriam realizadas no começo de junho; estas se desenvolveram com base num fato consumado. O “plano de salvação” de € 78 bilhões para três anos foi vendido pelo governo e instituições europeias não apenas como inevitável, mas sobretudo como decorrente da ideia de que eram necessários sacrifícios para passar em seguida a uma situação melhor. A esquerda à esquerda do PS perdeu a batalha do senso comum: a inevitabilidade do *bail-out*, a ideia de que as pessoas tinham sido demasiadamente gastadoras, que a dívida seria o resultado do excesso de despesas públicas e do endividamento das famílias... Tudo serviu de argumento para fazer aceitar a austeridade, a baixa dos salários, os sacrifícios, as privatizações. As proposições do Bloco sobre a auditoria da dívida e sua renegociação tiveram pouco eco. Mesmo

as pessoas que antes votaram no Bloco preferiram uma esquerda do tipo PS, cujas propostas eram limitar os prejuízos e não defender um caminho independente e alternativo. O fato de que o Bloco (e também o PCP) tenha recusado encontrar os representantes da troika foi muito mal recebido, como se o Bloco tivesse abandonado as respostas concretas para se tornar um partido demasiado ideológico e propagandista. Quando há uma bancarrota e o terror se instala, a situação é muito mais difícil para um partido como o Bloco. O PCP é sempre seguro de ter seus 7% ou 8%. Para nós, é preciso recomeçar a cada vez. Em 2011, a abstenção atingiu um nível recorde para as legislativas, 41%. Fernando Rosas fez um balanço das eleições de 2011 e das questões que elas colocavam diante do Bloco¹

Com a troika abre-se um novo ciclo político. As reformas representaram um salto qualitativo na ofensiva do capitalismo, o fim do *business as usual*. A lógica que se instala é que o Estado tinha feito excessivas despesas públicas (educação, saúde, seguridade social) e que as pessoas tinham vivido “acima de seus recursos”, endividando-se. A receita proposta era diminuir as despesas públicas, cortar as pensões e direitos sociais. Se o desemprego já era elevado (11,5%), a receita foi reduzir os salários (em até 20%) e liberalizar as leis trabalhistas. As demissões foram facilitadas, as indenizações e a duração do seguro desemprego foram diminuídas. E, sobretudo, houve o ataque contra as convenções coletivas: enquanto em 2011 elas cobriam cerca de 1,3 milhões de trabalhadores (1,9 em 2008) – esta cifra caiu para 300 mil em 2014.

Isto mostra a destruição da organização dos trabalhadores com o fim de atomizar as respostas e destruir toda forma de organização e luta coletiva. É preciso dizer que nem o Bloco nem os movimentos

¹ <www.europe-solidaire.org/spip.php?article21873>

estavam preparados para a ofensiva da troika e para a escalada da violência social.

Os anos da troika viram reaparecer uma emigração massiva, como não se conhecia desde muito tempo. Pode-se dizer que quase não há família que não tenha sido atingida por esse fenômeno. Em 2013, um recorde foi atingido: 128 mil, dos quais 20% são jovens qualificados, mas também pessoas de mais de 50 ou 55 anos que não encontrariam mais trabalho. O pico precedente tinha sido em 1966, em plena ditadura, com 120 mil e 200.

Todas as desigualdades se desenvolvem em grande velocidade, os salários são tão baixos que um terço dos trabalhadores é pobre; um quarto da população é pobre (uma criança em cada três); 1,3 milhões não têm médico de família; 42% dos jovens entre 25 e 29 anos moram sempre com seus pais. Portugal é o país da OCDE em que a diferença de salário entre homens e mulheres mais aumentou. Em 2014, foram tomados 250 casas ou apartamentos a cada dia, por causa da impossibilidade de pagar a hipoteca.

A Europa no centro das escolhas políticas: do europeísmo de esquerda à possibilidade de sair do euro

Desde sua formação, o Bloco se definiu como pró-europeu de esquerda. Muito crítico do processo de construção europeia, suas escolhas econômicas e sociais e seus tratados, o Bloco recusou a visão soberanista do PCP, para quem a União Europeia é uma agressão dirigida contra os povos. Nosso objetivo era uma refundação democrática da União Europeia, baseada na participação dos povos e nos direitos sociais. No ciclo da troika, manteve-se essa estratégia, insistindo sobre a necessidade da desobediência em nível europeu. No congresso de maio de 2011 (imediatamente depois da entrada da troika e antes das eleições antecipadas), a resolução aprovada por ampla maioria dizia:

O Bloco recusa a resposta nacionalista de sair do euro, cuja consequência hoje seria uma depressão prolongada sem alternativas reais de autonomia diante dos mercados financeiros, atenuando a queda dos salários e pensões, sem, contudo reduzir a dependência externa.

E também:

A alternativa exige a articulação entre o plano nacional e o plano europeu: o PSC (pacto pela estabilidade e pelo crescimento) deve ser substituído por um acordo pelo emprego; a coordenação que sustenta as sanções deve ser substituída por uma forma de cooperação que retire o investimento público do cálculo do *déficit* e que apoie a economia contra a especulação através da emissão de euro-títulos. O mecanismo de financiamento de que a União tem necessidade é um orçamento sustentado pelo imposto sobre as transações financeiras.

Os últimos anos da construção europeia mostraram como a cumplicidade dos PSs com a burguesia e o capital financeiro e seus interesses faz com que esses partidos cada vez mais se pareçam com os partidos burgueses tradicionais. No Parlamento e no Conselho europeu, os socialistas vão de mãos dadas com o PPE para aprovar o Tratado de Lisboa, em seguida o Semestre Europeu (que permite à Comissão intervir nos orçamentos dos estados membros), o Tratado Orçamentário que significa a austeridade perpetua e, eles se preparam para fazer aprovar o TTIP (Tratado Transatlântico) cujo redator, no Parlamento Europeu, é Vital Moreira, um socialista português. Toda estratégia que não é clara desde o início sobre o papel da social-democracia será condenada à confusão política e ao impasse. O PS português não pede sequer a reestruturação da dívida e faz crer que se poderá sair disso com uma austeridade mais *soft*, enquanto a dívida é a chantagem para fazer aceitar a austeridade e para um aumento brutal da exploração, coisas que é preciso deter. Desde a vitória do Syriza, em 25 de janeiro, o papel da social-

-democracia no seio do Euro-Grupo e do Conselho Europeu mostrou como a Grécia está isolada, e nenhum governo europeu (com exceção do Grego) foi capaz de romper o consenso imposto por Berlim. Os próximos meses mostrarão como na Grécia, Espanha e Portugal, vai ser necessário uma estratégia de confronto mais aberta com a União Europeia. No que diz respeito a Portugal, é claro para nós que não se quer mais sacrifício em prol do euro, o que quer dizer que sair do euro deve fazer parte do campo de possibilidades.

Desafios do momento presente: um polo político claro contra a austeridade e a alternância

Em tempos de troika e de ataques brutais, enquanto ao mesmo tempo se acumulam escândalos de corrupção e se atolam os partidos da alternância no poder, e onde há ausência de alternativa tangível, aumenta a desconfiança com relação à política e aos “políticos”.

Nas eleições europeias do ano passado, um partido populista de direita, MPT, conduzido pelo advogado Marinho Ponto – que tem uma história próxima da esquerda –, obteve 7,1% e a eleição de dois eurodeputados.

Mesmo se o comportamento dos deputados do Bloco seja inatacável (por exemplo, recusando receber os subsídios e pensões quando deixam o Parlamento), neste período de decomposição da política somos vistos como parte de um sistema político que se afunda. Populismos de direita querem fazer passar a mensagem de que “os políticos são todos iguais”. Mesmo se o Bloco propõe ao Parlamento leis contra o enriquecimento ilícito, pelo fim das *off-shores* ou pelo imposto sobre as grandes fortunas, mesmo que tenhamos tido um papel importante nas comissões de investigação sobre as falências dos bancos, mesmo que tenhamos proposto um regime de exclusividade para os deputados (os deputados em função não poderiam

ao mesmo tempo trabalhar no setor privado, por exemplo, num escritório de advocacia ou num conselho de empresa), que a direita e o PS rejeitam, o Bloco não escapou de ser visto como algo que faz parte do sistema.

Desde 2011, o Bloco também sofreu cisões: primeiro da Ruptura/FER (corrente “morenista” que durante alguns anos fez uma política de entrismo no Bloco, um pequeno grupo que não tem peso na resistência contra a austeridade); depois, o eurodeputado independente Rui Tavares, que deixou a delegação do Bloco para juntar-se aos Verdes Europeus. No Congresso de 2012, uma plataforma mais à direita (que recebeu 12% dos votos) se apresentou, propondo influir sobre um futuro governo do PS ao invés de desenvolver uma estratégia independente diante dele. No último verão, foi a vez de Ana Drago, ex-deputada, que tinha ficado com a maioria até o final de 2014. Há, portanto, novos grupos com uma estratégia diferente daquela do Bloco. Este processo atingiu o Bloco, que foi atacado como sectário e ortodoxo. Para nós, uma estratégia baseada sobre a ilusão de deslocar o PS para a esquerda a partir de uma participação minoritária no governo é suicida.

No último Congresso, em novembro, a maioria histórica da direção do Bloco se dividiu em duas plataformas: uma agrupava uma parte dos militantes da corrente UDP e propunha o líder parlamentar, Pedro Filipe Soares, para coordenador nacional; a outra era mais unitária e aberta na composição (e também nas suas proposições políticas) e apoiava João Semedo e Catarina Martins, coordenadores e porta-vozes do Bloco desde 2012. Esta última ganhou por uma diferença de seis votos, mas as duas tiveram exatamente o mesmo número de eleitos para a Mesa Nacional (nome da direção do Bloco, composta de 80 membros eleitos em congresso, em proporcionalidade). Foi construída uma solução de uma coordenação de

seis dirigentes (representando quatro plataformas), com uma porta-voz nacional – Catarina Martins –, e o balanço até aqui é positivo.

Lutas sociais e políticas desenvolvem-se a cada dia, mesmo que não consigamos dar continuidade às plataformas unitárias e as mobilizações que elas permitiram surgir. Neste momento, desenvolve-se um grande movimento contra a privatização da Transportes Aéreos Portugueses (TAP), com apoio muito amplo de movimentos e personalidades de todos os horizontes. O mesmo ocorreu em defesa do Conservatório Nacional de Música, com mobilização de estudantes, pais, professores e da população. São lutas parciais, mas, se vitoriosas, podem abrir caminhos de esperança.

Não há análise nem resposta simplista. Construir uma força anti-capitalista capaz de vencer não é um processo linear, isto exige tempo e paciência. O Bloco e o espaço político à esquerda do PS conhecem dificuldades. Apesar do engajamento nas lutas, não foi capaz de bloquear a ofensiva da troika e dos credores. Ao mesmo tempo, não se conseguiu traduzir em termos de sujeito político a imensa força das mobilizações de rua. Serão necessárias outras lutas sociais e outros confrontos políticos antes de visualizar novos processos de recomposição. O tempo que isto exige é hoje desconhecido.

O Bloco, o PS e a dificuldade dos consensos à esquerda

Elísio Estanque

Revista *Virus* n. 4, agosto/setembro de 2008

Há, nos tempos que correm, uma necessidade cada vez mais premente de pensar a esquerda em torno de propostas alternativas à atual política, capazes de estimular possíveis alianças entre diferentes sensibilidades da(s) esquerda(s). São precisos mais contributos heterodoxos e inconformistas perante o atual “estado da arte”, marcado por demasiados silêncios e cumplicidades com os interesses e o poder.

Tenho tido oportunidade de participar e intervir em alguns destes fóruns (ou *fora*, mais corretamente), em geral integrados por gente do BE, do PS, renovadores do PC e alguns independentes. Partilho muitas das opiniões de André Freire nessa matéria. É fundamental promover iniciativas, sejam elas de âmbito mais geral ou de âmbito local, em que as diversas linguagens e “culturas ideológicas” possam confrontar-se abertamente sem estarem condicionadas por estratégias partidárias. Não que estas sejam menos importantes. Pelo contrário, sendo os partidos estruturas essenciais à democracia, eles são por excelência o espaço de eleição da intervenção política, ao mesmo tempo que são – ou melhor, deveriam sê-lo – os exemplos máximos de democracia interna. O que, como todos sabemos, infelizmente, não é verdade. É justamente por isso que a intervenção de cidadãos inconformados com o estado do país e com

a política do governo Sócrates deve alargar-se para fora da estrutura dos partidos, (embora não numa lógica anti-partidos).

Ora, a questão é que nesses fóruns o partido que em geral tem maior presença – e também uma atitude mais interveniente e ativa – é o Bloco. Isto, uma vez que nem o PCP nem o PS, enquanto tais, estão para aí virados. Já se sabe que os caminhos que têm sido perseguidos pelo Bloco baseiam-se numa estratégia e num discurso de contrapoder – quer na crítica radical ao capitalismo global quer na atividade parlamentar e no confronto permanente com o governo – fundados em diagnósticos e argumentos fortes, se beneficiando da inegável capacidade e competência política dos seus deputados, quadros e dirigentes. O seu discurso irreverente e o estilo inovador, na luta por causas particularmente sensíveis a certos segmentos sociais (contra o poder militar unipolar dos EUA, a invasão do Iraque, mas também na defesa das minorias excluídas, dos direitos feministas, dos imigrantes, dos homossexuais, dos trabalhadores precários etc.), permitem capitalizar em seu benefício, pelo menos em parte, o crescente descontentamento popular em relação ao governo.

Mas, apesar do estilo cosmopolita, do maior sentido pragmático resultante de uma estratégia de crescimento, que lhe trouxe também maiores responsabilidades políticas, o certo é que o Bloco continua prisioneiro do seu passado (ou do passado das formações políticas que lhe deram origem). Muito embora tenha até agora sabido gerir de modo mais ou menos equilibrado as tensões e sensibilidades distintas que o compõem, subsiste ainda no BE uma mentalidade e uma “cultura” de radicalismo doutrinário. Subjaz à linguagem de muitos dos seus ativistas uma clara dificuldade em descolar do habitual “cânone” bloquista, isto é, uma atitude algo arrogante e de superioridade moral em relação a outras correntes e concepções de esquerda. O Bloco herdou muitos dos princípios

leninistas e trotsquistas do passado, o que significa grosso modo uma linha de atuação baseada no pressuposto de que o Partido conduzirá (cedo ou tarde) o povo à revolução e ao “paraíso socialista” (ou comunista). É uma doutrina que tende a desprezar o voto e a importância das escolhas do eleitorado. O eleitorado deixa-se sempre manipular e portanto, a democracia “burguesa”, com toda a máquina de propaganda que tem ao seu dispor, consegue iludir as massas. É este o raciocínio implícito.

Não digo que esta seja a estratégia do partido. Inclusive faz sentido esperar que o BE dê um novo passo que o possa conduzir a alcançar ou influenciar mais eficazmente o poder e as políticas. O que digo é que existem ainda sensibilidades internas em que a referida postura radical resiste fortemente. É preciso estar junto das massas, penetrar os movimentos e iniciativas cujo impacto seja mais amplo e de cujos resultados o partido possa se beneficiar (ou seja, a “vanguarda” deve penetrar à frente de massas para conduzi-las à revolução, logo que as condições estejam reunidas...). Tal concepção está enraizada no subconsciente dos militantes (em maior ou menor grau) e funciona como dogma. Escudados nas suas “certezas”, tendem a julgar as outras esquerdas (ou parte delas, designadamente as que têm alguma ligação com o PS) como se estivessem contaminadas” por referências e “desvios” inaceitáveis. Nesta forma de conceber a atividade partidária, não me parece existir muita diferença em relação ao PCP.

Há correntes dentro do Bloco que são abertamente antirreformistas, embora não se chegue a perceber se, afinal, a estratégia do próprio partido privilegia as reformas progressistas e emancipatórias (mas dentro do sistema) ou antes a ideia de uma “revolução” contra o sistema... E enquanto esta ambiguidade não for resolvida teremos de avaliar a partir da conjugação entre os discursos e os comporta-

mentos dos ativistas e responsáveis. O relativo conhecimento que me é possível obter a este respeito permite-me registar que, apesar da boa vontade e espírito de abertura de muitos dos quadros do BE, as propostas na base das quais se pretende obter a adesão de outras sensibilidades de esquerda deixam, recorrentemente, escapar linguagens e posturas em que tais premissas vêm ao de cima, denunciando os preconceitos arreigados que assinali anteriormente.

E contra o PS, por razões óbvias, a desconfiança é grande. Mas, ao lado das legítimas e justificadas críticas ao partido, dadas as suas responsabilidades políticas, o certo é que existem inúmeras sensibilidades entre os socialistas – muita gente diz, com alguma razão, que é aí que se encontra a verdadeira oposição a Sócrates e afins – e há por todo o lado filiados no PS, com maior ou menor responsabilidade, que pensam à esquerda, muito críticos da atual liderança, e que querem genuinamente contribuir para criar alternativas. Porém, muitos quadros do BE – embora pretendendo ou dizendo pretender amplas alianças de esquerda – tendem a recusar aliar-se a quem, em algum momento do seu passado político, ocupou cargos de responsabilidade... E isto, na prática, mina o clima de debate aberto e plural que se exige, e reduz as pretensas alianças ao próprio Bloco e a mais alguns que só não são filiados por acaso. Assim, será muito difícil conceber e pôr em prática novas propostas, novas visões da esquerda e caminhos políticos alternativos que sejam, ao mesmo tempo, abrangentes e viáveis no atual quadro democrático.

O PS tem, sem dúvida, muitos vícios de aparelhismo, diversos problemas de funcionamento interno e uma preocupante falta de autonomia e dinamismo quando é governo. Além disso, como partido de poder (agora e no passado) suscita inúmeras críticas (de esquerda e de direita). Mas tem pelo menos duas vantagens em relação ao BE: é um partido plural e de outra dimensão, onde tudo

pode ser criticável; e é um partido cujos filiados possuem uma composição com amplas raízes no povo. Enquanto o BE, sendo sempre contrapoder, pode advogar ser ímpoluto. Mas precisa encontrar um discurso pela positiva e desenvolver uma estratégia para o país (isto se ambiciona crescer sem se tornar uma espécie de PC pós-moderno); e sobretudo precisa olhar para si mesmo e para os seus quadros e bases (amplamente elitistas) e procurar abrir-se para chegar aos segmentos que são de fato as vítimas da globalização neoliberal que o seu discurso tanto denuncia (e bem).

Para a refundação da esquerda

João Teixeira Lopes

Revista *Virus* n. 4, agosto/setembro de 2008

Uma questão merece reflexão inicial, não só porque subjaz a estes textos em diálogo, mas também porque está vivamente presente no atual debate político à esquerda. Trata-se, precisamente do nome e do seu significado. Ora, não sendo adepto da redução dos significados a meros jogos de linguagem, creio que existe um suficiente magma histórico, político e social para traçar as fronteiras entre esquerda e direita. Apesar de margens e fronteiras flutuantes e evolutivas, há um núcleo duro ideológico fundador que serve como instigador a propostas, projetos e ações. Naturalmente que não há pontos de vista soberanos e que o ato de classificar/desclassificar certo adversário como de “esquerda”, de “direita” ou de descoincidências articuladas e sistemáticas entre sistemas de representação e práticas faz parte das regras do jogo político. Todos o fazem. A diferença, na conjuntura atual, é que o Bloco o faz com ataque e o PS reage defendendo-se pela vitimização. O Bloco ataca pela coerência e contra as derivas do utilitarismo, do relativismo conservador pós-moderno, do pragmatismo interesseiro ou da “falsa neutralidade” ou suposta “equidistância” entre extremos. Marca a sua posição de uma forma visível e frontal. Não se trata, por isso, de utilizar um qualquer arbitrário ou impor um poder discricionário. Reaja o PS

como poder; prove o contrário se disso for capaz. É combate e, o combate é linguagem e combate pela linguagem. Não creio, por isso, que o Bloco revele qualquer tipo de pretensa superioridade moral. Ataca o adversário onde ele se desviou clamorosamente dos seus princípios e onde se revela frágil.

A outra questão que me surge como relevante – e esta talvez seja a fundamental – é que o Bloco emergiu na vida política portuguesa para tentar humilde mas convictamente romper com o *status quo* à esquerda. Precisamos como de água no deserto de um PS minimamente social-democrata e de um PC sem laivos de estalinismo. No imobilismo em que a esquerda estagnava parecia não haver saída. O Bloco surge como fator de mobilização, recomposição e esperança. Por um lado, não transige na defesa do Estado Providência, do contrato social, dos direitos sociais e de práticas avançadas de cidadania, rompendo com velhas centralidades de sentido único e insistindo na lógica de conexão das várias formas de dominação (capitalismo – sexismo – homofobia – racismo), colocando os Direitos Humanos como agenda fundamental (criticando a sua violação onde quer que ocorra – sem olhar a latitudes ou interesses, assim o fizemos em relação à China, à Coreia do Norte, a Israel, ao Irã, a Guantánamo, a Cuba, à Arábia Saudita...). Por outro lado, se o Bloco nasceu para forçar a refundação da esquerda portuguesa, tal não significa que vivamos para destruir o PS e o PCP. O que pretendemos – e é bem diferente – é ir forjando uma prática política que, por si só, possa produzir os seus efeitos. Como já produziu, ainda que insuficientes.

Diz Elísio Estanque que os militantes do Bloco transportam ainda sectarismos e vícios de vanguarda.

Mas lembro que o nascimento do Bloco foi, ele próprio, por si só, uma enorme machadada no sectarismo, juntando seres humanos que se conheceram em conflito permanente! Aliás, o Bloco tem

hoje mais militantes que nunca participaram nos partidos iniciais (o meu caso) do que "históricos". Claro que persistem vícios, dogmas e visões de curto alcance. Mas, por isso mesmo tem o Bloco privilegiado o contato com os frágeis movimentos sociais existentes e o "trabalho de terreno", na esfera pública, a par de uma política de produção de informação própria (caso do portal) para fugir ao internismo, à vida de sede, às discussões estéreis e à cristalização em preconceitos e ideias finalizadas.

O Bloco de Esquerda, aliás, deu um exemplo de cidadania e de renovação da vida política ao entrosar-se nos movimentos pelo sim no referendo ao aborto sem tentar manipular ou controlar, com agendas explícitas ou ocultas, ao contrário das piores tradições de um velho pensamento instrumental e cínico sobre as grandes convergências. Dando o melhor de si nesses movimentos, gerindo, com grandes dificuldades de tempo e de recursos, a sua participação multifacetada (já que o Bloco tinha uma campanha autônoma, que se revelou aguerrida e eficaz no rápido contra-ataque à confusão que certos setores do não, em desespero, lançaram na última semana de campanha), os ativistas do nosso partido-movimento (ou partido *em movimento*) privilegiaram mesmo, em caso de conflito, a sua dedicação unitária. O PCP, pelo contrário, criou um movimento fantoche, mera duplicata das lógicas centralistas do comitê central.

Ora, se é verdade que, sempre que as causas o exigem, não abdicamos de compromissos e de convergências, da mesma maneira impõe-se que sejamos de exemplar clareza e exigência quando discutimos as lógicas de relacionamento com o poder. Porque o Bloco já possui poder: influência, mobiliza, faz aprovar leis, provoca reações e até antecipações. Isso é poder: dentro e fora do Parlamento. Não tenhamos a redutora noção de que aquele apenas se exerce no quadro de funções governativas. Quanto a estas, aliás, o Bloco não tem

qualquer tipo de anticorpo. Mas também não se baba com a pressa. Teremos de possuir um amplo apoio social para que tal participação não seja meramente artificial, ou ato de tática hipocrisia. Mas vamos desbravando caminhos: a festa das esquerdas, em Lisboa, e a ampla participação de socialistas, bloquistas, independentes, renovadores comunistas e ativistas em geral provou que há espaços e tempos para novas convergências. Que poderão, ainda, estender-se, sob a forma de listas de cidadãos, às próximas eleições autárquicas.

Em suma: sem arrogância; sem assumir a “vanguarda” da esquerda; sem qualquer atavismo de superioridade moral, mas com princípios e, simultaneamente, paciência e impaciência: paciência porque não sonhamos com a tomada dos palácios de Inverno; paciência, porque recusamos visões deterministas da história e otimismo ingênuos; paciência para sabermos, enfim, o tempo de exercer outras formas de poder. Mas impaciência, sempre, face à produção de desigualdades e injustiças.

Cultura de poder ou culto do poder?

João Smedo

Revista *Virus* n. 4, agosto/setembro de 2008

Ultimamente, muito se tem escrito e falado sobre o processo de construção de uma alternativa política ao governo do PS e, por arrastamento, sobre o programa e as alianças à esquerda para sustentar e desenvolver essa alternativa. Inevitavelmente, o Bloco de Esquerda – quer o seu posicionamento político no presente, quer o seu papel nessas alianças, não escapa nesta controvérsia às mais variadas opiniões e, até mesmo, sentenças.

Esta “efervescência” é saudável, justificada e oportuna. Sobretudo, porque na maior parte dos casos, ela traduz uma vontade genuína de alcançar uma alternativa que não se fique por uma mera alternância à esquerda seja de protagonistas, seja de políticas. Aliás, só assim, tendo por objetivo mudanças efectivas nas políticas e não simples arranjos de poder, valem a pena esta procura e o debate em curso.

Diversas razões podem explicar o reacender deste interesse nos dias que passam. Parece-me útil identificar as que considero como principais, embora de dimensão e consequências distintas:

- a visibilidade com que emergiu a matriz neoliberal do núcleo duro das políticas do governo e o encantamento e capitulação da direcção do PS pelos cânones do neoliberalismo;

- a incomodidade, discordância e oposição de um largo setor socialista (dentro e fora do PS) face ao governo, esgotado o benefício da dúvida que muitos deram a José Sócrates. Quanto maior foi a ilusão – e é indesmentível que foram muitas as expectativas criadas pela vitória do PS em 2005 – maior é hoje a desilusão e a frustração.
- a aproximação de um novo ciclo eleitoral, onde muita coisa pode mudar, gera novas expectativas e projetos e, inevitavelmente, muita especulação em torno dos mais variados cenários políticos:
- a afirmação e consolidação do Bloco de Esquerda (e o seu crescente peso eleitoral), contra os desejos de alguns e as previsões de muitos de inevitável implosão de um projecto integrador de correntes e famílias políticas de paternidade (e maternidade) muito heterogeneas.

Mas, verdadeiramente, o que está na origem destas preocupações e desta discussão é a consciência partilhada por largos setores da esquerda – incluindo muitos socialistas – sobre a dificuldade de mudar a inflexão neoliberal da direção do PS e corrigir a deslocação para a direita no eixo das políticas do seu governo.

A esquerda não pode contar com este PS para uma alternativa de esquerda. Todos os dias há mais socialistas a reconhecê-lo, fazendo crescer o campo dos que se interrogam sobre os caminhos que a esquerda pode e deve percorrer para ultrapassar o “obstáculo PS” e dar corpo a uma mudança para a esquerda.

Não é a primeira vez – e certamente não será a última, que se discutem as relações do PS com a esquerda e o que deve fazer a esquerda com o PS, nas suas várias versões e com a heterogeneidade social e política que lhe é reconhecida. É, por natureza, uma

questão recorrente e, em que não há lugar para juízos definitivos. A evolução é própria da política e o PS – e a esquerda não foge à regra. As opiniões de hoje valem por hoje.

Comungo da ideia de que a direção do PS é hoje o principal bloqueio para que a esquerda possa fazer a política que milhões de portugueses e portuguesas esperam que faça no país. Ter uma estratégia política e eleitoral capaz de vencer aquele bloqueio é o principal desafio que se coloca a quem se posiciona na margem esquerda da política portuguesa – dentro ou fora dos partidos. Do meu ponto de vista, é aqui que reside o centro desta controvérsia e é sobre ele que vale a pena refletir.

Antes de continuar, uma breve referência ao PCP que, não sendo tema destas linhas, também é parte – e não pouco importante – desta questão. Infelizmente, é mais parte do problema do que da solução, em virtude da opção isolacionista da sua direção, para quem o PCP é a alternativa – e uma alternativa que dispensa parceiros, não perdendo uma oportunidade para zurrir nas esquerdas (o Bloco e Manuel Alegre são os alvos preferidos) e desperdiçando todas as oportunidades para delas se aproximar e com elas convergir. Este posicionamento da direção comunista – ele mesmo um bloqueio só atrasa a alternativa política.

Mas voltemos ao PS. Há ainda quem julgue – não sei ao certo se muitos se poucos, nem com que grau de convicção – ser possível influenciar a direção do PS e, com isso, mudar a sua política e a do governo. Chamam-lhe “contaminação” da direção socialista.

Creio que ignoram o resultado de anteriores tentativas de contaminação do PS, admitamos mesmo que todas elas bem intencionadas. Recordo apenas duas e o seu insucesso: o fim do MES (de Jorge Sampaio, Ferro Rodrigues e tantos outros) e a sua adesão ao PS. Jorge Sampaio foi secretário-geral do PS, foi durante dois

mandatos presidente da República. Não lhe faltaram oportunidades para “contaminar” o partido. E o mesmo se pode dizer, agora no terreno da dissidência comunista, dos muitos que passaram da Plataforma de Esquerda para o PS, vindo a ocupar lugares de grande influência tanto no partido como no governo. Olhando para aquilo que faz e pensa hoje a direção do PS, a conclusão parece-me óbvia: contaminação de grau zero. A direção do PS não é contaminável.

Alguém disse que a principal oposição ao governo de José Sócrates estava no PS – principal, porque é a mais eficaz quanto ao condicionamento da sua política futura. Eficaz ao ponto de poder retirar ao PS a atual maioria absoluta, pelo desgaste que vai provocando na sua base de apoio. Duvido.

É certo que a oposição interna tem crescido e é grande. Não se discute o importante papel que tem desempenhado na denúncia e combate às piores medidas do governo. Podemos até admitir que, pontualmente, tenha conseguido evitar que a pulsão neoliberal fosse mais longe do que foi. Mas não partilho da ideia de que tenha sido, seja ou venha a ser a grande oposição ao governo. O que penso, isso sim, é que ela é tão necessária hoje na contestação à política de José Sócrates como indispensável amanhã na construção de uma alternativa de esquerda à esquerda do PS.

É muito redutor para a esquerda definir como estratégia política e objetivo eleitoral a perda pelo PS da sua atual maioria absoluta. Mesmo percebendo o que pretendem os seus defensores: perdendo o PS a maioria absoluta, não resta outra alternativa à sua direção que não seja se entender com a esquerda para formar governo. Passamos da contaminação via partido para a contaminação via governo. Apesar das diferenças, julgo que os resultados não seriam diferentes: o governo do PS também não é contaminável.

Para alguns analistas, é neste cenário de maioria relativa do PS nas legislativas do próximo ano que entra em cena o BE, coligando-se com o PS, governando com o PS e empurrando a política para a esquerda. Em suma, contaminando o PS.

Ao aceitar este papel, o BE revelaria a sua “maturidade” e o seu “sentido das responsabilidades”, afirmar-se-ia como uma “força construtiva e não apenas um grupo de contestatários”, um partido prisioneiro das chamadas causas fracturantes. Teria, enfim, a possibilidade de “recusar uma cultura de antipoder” e de mostrar do que é capaz o Bloco de Esquerda para mudar o país e a sociedade.

A perda pelo PS da maioria absoluta seria, sem dúvida, um resultado importante, com significado e consequências políticas. Mas por si só não garante qualquer mudança no sentido de uma política de esquerda.

Até mesmo porque o PS não teria qualquer dificuldade em encontrar nos partidos da direita (no PSD, no CDS ou nos dois) os apoios parlamentares de que necessitasse para fazer passar a sua política. Basta ver as leis aprovadas em conjunto pelo PS e PSD – e pelo CDS, ao longo da atual legislatura. Nesta legislatura, a direita votou a favor de todas as leis politicamente substantivas que o PS ou o seu governo levaram ao Parlamento. As exceções contam-se pelos dedos e respeitam àquilo que vulgarmente conhecemos por “costumes” ou questões de sociedade. Com os partidos da esquerda foi exatamente o contrário.

Quem defende, num cenário de maioria relativa do PS, a possibilidade de um acordo de incidência parlamentar entre o PS e o Bloco, que garantisse um apoio maioritário no parlamento a um governo minoritário, não deve ter acompanhado com um mínimo de atenção o que tem sido a vida parlamentar e quem tem votado o quê nos últimos três anos e meio. É uma ilusão se pensar que a

atual direção do PS poderia abraçar uma solução desse tipo. Como se costuma dizer, seria mais fácil Deus descer à Terra...

E muito menos este PS aceitará partilhar um governo com a esquerda. Nem o Bloco de Esquerda poderia aceitar uma coligação de governo com o PS de José Sócrates.

Não falemos de um outro PS, de um PS mais à esquerda, mas que não existe, mesmo que gostássemos que ele existisse. Falemos deste PS e deste governo.

Como poderia aceitar-se que o BE incluísse um governo que promete realizar um referendo ao Tratado de Lisboa e depois não o realiza?

Como poderia aceitar-se que o BE integrasse um governo que aprova este Código do Trabalho?

Como poderia aceitar-se que o BE participasse num governo cuja política econômica é desenhada em função dos interesses dos grandes grupos econômicos e financeiros?

Creio não serem necessários mais exemplos. Que faria o BE, em cada uma destas circunstâncias, se estivesse num governo que replicasse este comportamento do governo de José Sócrates?

Aceitar partilhar um governo com o atual PS é uma impossibilidade cujo único responsável é a própria direção do PS, pela orientação que imprime à sua política e à política do governo. Ver nesta recusa do BE uma manifestação de radicalismo doutrinário e dogmático, ou uma posição normativa e moralista de quem se considera impoluto e não aceita corromper-se com o poder, é confundir cultura de poder com culto do poder.

E, sobretudo, não querer reconhecer que com este PS, a esquerda não vai a lado nenhum.

A realidade portuguesa é tão ilustrativa e expressiva que me parece dispensável argumentar com a experiência verificada noutros

países, nomeadamente europeus, em cujos governos a esquerda se comprometeu. Infelizmente, todos sabemos os resultados desastrosos dessas alianças. O que ainda não sabemos é o tempo que vai demorar a sarar as feridas.

Alguns dirão que esta posição é megalômana ou maximalista e que não leva em conta as diferenças de dimensão, influência e apoio entre o PS e o BE. Dirão que o BE exagera e reclama um programa máximo, inviabilizando qualquer acordo. E lembram que, em qualquer coligação, é o mais forte que dita as regras e o mais fraco contenta-se com um programa mínimo.

É exatamente essa uma das razões que tornam impossível imaginar qualquer coabitação com o PS. Na realidade, ao BE e à esquerda falta a força política necessária para poder influenciar a política de uma coligação com o PS, mesmo que não se tenha por meta um programa máximo.

É precisamente esse problema que a esquerda tem de resolver. A solução é ganhar força, conquistar apoios, alargar a sua base social, política e eleitoral, para poder determinar as mudanças políticas que a esquerda reclama. O poder de transformar conquista-se, não se recebe como uma prenda.

Para a esquerda e para o BE, a solução não pode ser se contentar com um programa mínimo, vazio de qualquer mudança de relevo. Não se trata de querer o socialismo na hora e muito menos de conservar a todo o custo a “virgindade política”. Trata-se de compreender que o poder, mesmo quando partilhado, é um instrumento que só ganha sentido se o seu exercício proporcionar as transformações que reclamamos ou delas nos aproximar.

Claro que nos dirão que, recusando o cenário de coligação com o partido socialista, estamos a atirar o PS para os braços da direita. Como se fosse preciso...

Ou, ainda, que um governo minoritário é sinônimo de instabilidade política. E que esta será aproveitada pela direita para regressar ao poder, invocando mesmo o que aconteceu no tempo dos governos de Guterres.

Em todo o mundo, o que há mais são governos minoritários que governam com estabilidade. Alguns até são bons governos. Não é à oposição que compete “ajudar” a minoria a governar. A minoria é que tem de saber governar nas condições escolhidas pelos eleitores, governando bem para justificar e recolher os apoios de que venha a necessitar. Nesse cenário, o BE deve fazer o que já faz hoje no parlamento: votar favoravelmente todas as propostas que avalia como boas e rejeitar as que considera negativas. Não há nenhuma razão para que venha a ser de outra maneira se o PS não repetir a maioria absoluta.

Não acredito na teoria da contaminação como estratégia de deslocar o PS para a esquerda. Com coligação de governo ou sem ela. Com acordo parlamentar ou sem ele.

Para problemas difíceis não há soluções fáceis. Deslocar para a esquerda a base social, política e eleitoral do PS, retirá-la da influência e dependência da política socratista, não é uma estratégia fácil, nem tão pouco de resultados imediatos. Mas é a única que pode levar a esquerda a algum lado que valha a pena.

Não vejo outro caminho que não seja o de construir à esquerda do PS um amplo, forte e plural polo de esquerda, com dimensão, capacidade e influência suficientes para se afirmar como alternativa política quer aos partidos da direita quer ao PS nesta sua deriva neoliberal. Uma alternativa de esquerda, à esquerda do PS.

Este espaço existe, dispõe de uma ampla base social. Como força política orgânica não existe, é ainda virtual, está por juntar, agregar e organizar. Não tem formato nem figurino desenhado, nem tão pouco isso me parece importante neste momento. Digo apenas que

implicará sempre alguma nova arrumação do que é hoje o campo da esquerda à esquerda do PS, seja uma simples plataforma política – com ou a partir do BE – seja um modelo mais estruturado. No tempo certo, a esquerda encontrará a forma certa.

A criação do BE é um primeiro passo nessa direção, o começo de um processo de reagrupamento de forças. As fronteiras do Bloco não estão fechadas nem são definitivas. À esquerda, muita coisa mudou desde a fundação do Bloco em 1999. Muita coisa mas não tudo, nem todos. A estratégia do Bloco é a de continuar esse percurso, do qual não pretendemos ser vanguarda nem protagonistas únicos. Seremos uns entre muitos outros. Acrescentar esquerda à esquerda é o rumo do Bloco, sem parasitar nem instrumentalizar qualquer outra esquerda, força ou movimento. Uma alternativa de esquerda não se constrói sobre as ruínas do que são hoje as esquerdas mas a partir, precisamente, do que elas são hoje, respeitando as diferenças e crescendo com elas.

Partilhamos com muita esquerda o desejo de uma mudança na política do país. Uns são comunistas, muitos são socialistas, outros não têm partido. A esquerda é o espaço de muitos independentes. Reconhecemos convicção em muitos socialistas que protestam e contestam o governo do PS e a vertigem neoliberal das suas políticas. Querem, como o Bloco, uma política de esquerda e uma alternativa política. Querem uma esquerda à esquerda do PS.

A estratégia do Bloco, tanto para a luta política como para o ciclo eleitoral que se aproxima, não pode ser outra que não a de ajudar e contribuir para a formação e afirmação dessa esquerda, uma esquerda com ambição e capacidade de mudar a política portuguesa.

Não vejo outro caminho para desbloquear o que o PS de José Sócrates bloqueou. É claro que não basta a vontade do Bloco. Mas ela é indispensável para que outras vontades se lhe associem. Em po-

lítica, a vontade – enquanto opção por uma estratégia – determina o resto. Nada pode substituir a vontade política, sem ela nada feito.

Se houver vontade e decisão de partilhar esta estratégia, não será difícil encontrar as propostas alternativas e o programa político que unifique e mobilizem este espaço à esquerda do PS. A crítica do neoliberalismo e das suas políticas, tal como o PS as pratica e desenvolve no governo, é um bom ponto de partida.

Uma estratégia partilhada e um programa político comum para afirmar e construir à esquerda do PS uma alternativa política – é por aqui que devem seguir o Bloco e os socialistas que não se reconhecem nesta caricatura da esquerda em que se tornou a direção do PS. Tanto para o combate político de todos os dias como para o tempo eleitoral que aí vem.